

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO
PAULO FACULDADE DE TEOLOGIA NOSSA
SENHORA DA ASSUNÇÃO**

FREI EMERSON MARTIELO, SIA

**A PARTICIPAÇÃO ATIVA NA LITURGIA: UM
TRAÇADO HISTÓRICO**

SÃO PAULO-SP

2014

FREI EMERSON MARTIELO, SIA.

A Participação Ativa na Liturgia: Um Traçado Histórico

Trabalho apresentado no Curso de graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito à obtenção do título de Bacharel em Teologia

Orientador: Prof. Dr. Pe. Ney de Sousa

SÃO PAULO- SP

2014

FREI EMERSON MARTIELO, SIA

Matrícula RA00062886

A PARTICIPAÇÃO ATIVA NA LITURGIA, UM
TRAÇADO HISTÓRICO.

Trabalho apresentado no Curso de graduação
em Teologia da Pontifícia Universidade
Católica de São Paulo como requisito à
obtenção do título de Bacharel em Teologia

São Paulo-SP

Data: _____

Nota: _____

Observações: _____

Orientador: Prof. Dr. Pe. Ney de Sousa

RESUMO

A participação ativa dos fiéis não é algo presumidamente implícito na realidade litúrgica da Igreja; pelo menos não o era até o Concílio Vaticano II, que resgatou essa realidade para as celebrações litúrgicas. Ao observarmos as primeiras comunidades cristãs que celebravam e partiam o pão pelas casas de forma que todos estavam integrados e todos eram agentes na celebração, entendemos o desejo tão verdadeiro de se revitalizar essa peça fundamental para a vida da Igreja. O povo não deve ser apenas um mero espectador, mas antes participar verdadeiramente daquele mistério pascal celebrado pela Igreja sob o mandato de Jesus Cristo, seu divino fundador.

Palavras-chave: Participação Ativa. Concílio Vaticano II. Liturgia.

ABSTRACT

The active participation of the faithful is not something presumably implicit in the Church's liturgical reality; at least it was not until the Council Vatican II, who rescued this reality for liturgical celebrations. By observing the first Christian communities celebrating and breaking bread in their homes, so that all were integrated and were agents of the celebration, we understand the desire so true to revitalize this key part of the Church's life. The people should not just be a spectator, but rather part of that truly paschal mystery celebrated by the Church under the mandate of Jesus Christ, her divine founder.

Key Words: Active Participation. Council Vatican II. Liturgy

Sumário.

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I.	
A Participação na Litúrgia.....	10
1.1.A Ideia de Participação na Liturgia no Início do Cristianismo.....	11
1.2.Ruptura Com o Mundo Judaico.....	12
1.3.O Culto Cristão e Sua Novidade.....	14
1.3.1. Cristo como Centro.....	14
1.3.2. O Culto é Vida.....	16
1.3.3. Batismo.....	16
1.3.4. Reuniões e Locais de Culto.....	17
1.4.Participação na Ceia do Senhor.....	18
1.4.1. Refeição como Expressão Cultural da Unidade.....	18
1.4.2. A Refeição no Sentido Religioso.....	18
1.5.Momentos Marcantes da Litúrgia Cristã.....	19
1.5.1. O Impacto Gnosticista.....	20
1.6.Um Novo Lugar de Culto.....	21
1.7.Celebração Eucarística.....	22
1.8.Participação na Idade Média.....	24
1.9.A Participação do Povo.....	25
1.9.1. Devocionismo.....	25
1.10. A Reforma de Lutero e a Participação.....	26
1.11. A Participação em Trento.....	27
CAPÍTULO II	
O Movimento Litúrgico.....	29
2.1. Jansenismo Antecessor do Movimento Litúrgico.....	29
2.2. Sinodo de Pistóia.....	29
2.3. Como Surgiu o Movimento Litúrgico e seus Antecedentes.....	31

2.4.	Os Primeiros Expoêntes na Európa.....	32
2.5.	Motu Próprio <i>Tra Le Solleccitudini</i>	33
2.6.	Encíclica <i>Mediator Dei</i> Pio XII.....	34
2.7.	Movimento Litúrgico no Brasil e seus Expoêntes.....	36
2.8.	A Caminho do Concílio de Pio XII a João XXIII.....	38

CAPÍTULO III

	<i>Sacrosanctum Concilium</i> e o Retorno da Participação na Litúrgia.....	42
3.1.	História da <i>Sacrosanctum Concilium</i>	42
3.2.	<i>Sacrosanctum Concilium</i> Algumas Diretrizes Gerais.....	43
3.2.1.	Uma Definição de Litúrgia no Nº 7 da <i>Sacrosanctum Concilium</i>	44
3.3.	A Participação como Fio Condutor da <i>Sacrosanctum Concilium</i>	45
3.3.1.	Sacerdócio Comum dos Fiéis Como Fundamento da Participação.....	46
3.4.	Eucaristía Plenitude da Participação.....	47
3.5.	No Contexto da América Latina.....	48
	Considerações Finais.....	50
	Referências.....	51

Introdução

Neste trabalho vamos abordar a questão da Participação Ativa dos Fiéis na Liturgia da Igreja. Dentro da ciência litúrgica, esta pesquisa está ligada à história da Liturgia Cristã e não especificamente dentro da ciência litúrgica. Se trata de um estudo histórico do processo da formação (formatação/formulação) da ideia de participação na ação litúrgica. Já no primeiro capítulo, encontramos um traçado histórico das primeiras comunidades cristãs até o alvorecer da idade moderna, passando por diversos ambientes nos quais a liturgia se desenvolve e juntamente com o desenrolar e o aperfeiçoamento, um “teologizar” da liturgia, ela vai se tornando complexa e cada vez mais o conceito de participação vai tomando novas roupagens chegando à total exclusão ao final do Concílio de Trento. No segundo capítulo dessa pesquisa, damos início ao processo inverso do primeiro capítulo com o retorno gradativo da participação litúrgica iniciado com o aparecimento de uma doutrina conhecida como Jansenismo e partindo dela, vamos ao Sínodo de Pistoia, passando às implicações destes dois episódios, adentrando finalmente na reforma monacal e conseqüentemente no Movimento Litúrgico em meados do século XIX: seus desdobramentos e a reação do Magistério às novas correntes reformistas da Igreja.

Não vamos observar o Movimento Litúrgico apenas como mais uma tentativa de mudança, mas como um esforço de retorno ao que primeiro orientou nossas comunidades cristãs no tempo apostólico e nos primeiros anos da fé cristã; veremos seus desdobramentos na Europa, grande celeiro de pensadores da Liturgia, bem como suas influências no Brasil e em seus expoentes mais proeminentes.

Ainda no segundo capítulo damos os primeiros passos em direção ao grande evento eclesial dos últimos tempos: o Concílio Vaticano II, utilizando como referência dois grandes articuladores do mesmo: Pio XII e João XXIII.

Assim sendo, adentramos na terceira parte dessa pesquisa que não é um arremate, mas um estudo introdutório sobre a participação ativa dos fiéis. Neste item, apresentamos a *Sacrosanctum Concilium* nos seus diversos âmbitos; primeiro um traçado histórico, na realidade, algumas considerações importantes sobre a composição da Constituição seguido de algumas diretrizes e outros aspectos importantes da participação mencionados na

Constituição, como, por exemplo, o sacerdócio dos fiéis e a Eucaristia como centralidade da participação litúrgica.

Por fim, um texto que pode parecer desconexo com o contexto da pesquisa, mas, no entanto é importante que ele esteja presente para levar à uma reflexão mais apurada sobre a realidade da Igreja Latino-Americana e sobre como a participação neste contexto eclesial é muito mais pleno, consciente e efetivo que em outras localidades e realidades eclesiais.

Boa Leitura!

Capítulo I A Participação na Liturgia

O termo participação será empregado nesta pesquisa no sentido da participação litúrgica, mas, em algumas ocasiões também no sentido de tomar parte ou participar da Eucaristia, participação na Eucaristia. Em outros casos, também num sentido mais amplo, como associar-se à religião cristã ou tomar parte, participar efetivamente da religião cristã.

Desde seus primórdios, a religião cristã - o cristianismo-, mostrou-se bastante tolerante e aberta aos pagãos de todos os reductos, e é justamente entre eles que a difusão e aceitação da mensagem cristã se dão rapidamente. Ao observarmos com mais atenção as Sagradas Escrituras, perceberemos que os grandes centros de irradiação da religião cristã são cidades fora dos limites de Jerusalém, como, por exemplo Antioquia, a primeira grande cidade na rota expansionista cristã.

Ao passar do ambiente judaico vetero testamentário para o mundo da cultura greco-romana, a pregação do evangelho cristão ocasionou irresistivelmente uma transposição dessa mensagem de salvação para o universo simbólico e as formas de pensamentos dos ouvintes helenistas¹.

Essa, talvez, seja a primeira grande crise dos primeiros tempos do cristianismo sobre a participação ou não de todos na nova religião. É importante ressaltar que essa participação de todos, ou não, equivale a entender se a salvação deveria se estender a todos de forma que os pagãos também poderiam receber a mensagem, ou se ela se destinava somente aos de matriz judaica. Ao que parece, a ideia paulina foi a que efetivamente prevaleceu. Basta que observemos os últimos versículos do Livro dos Atos dos Apóstolos (At 28, 26s). Essa abertura da Igreja nascente dentro de um império que aos poucos se desfacelava, explica, pelo menos em partes, sua extraordinária multiplicação. “Carente de instituições temporais, a Igreja assume um papel muito ativo na configuração e dinâmica da sociedade”². O grande desafio do anúncio do evangelho no mundo pagão foi uma tarefa bastante urgente para a

¹ STOCKMEIER, Peter/ BAUER, Johannes B. *Da Comunhão da Igreja à formação da Igreja*, in LENZENWEGER, Josef; STOCKMEIER, Peter; BAUER, Johannes B./ AMOM, Karl/ ZINHOBLE, Rudolf. *História da Igreja Católica*. Trad. Fredericus Stein. São Paulo, Loyola, 2006.

² BASURKO, Xavier. A Vida Litúrgico-sacramental da Igreja Em Sua Evolução Histórica, in BOROBIÓ, Dionísio (org) *A Celebração na Igreja*; Liturgia e Sacramentalogia Fundamental. São Paulo, Loyola, 1990 p.42

comunidade cristã. A degradação do império mostrava que a estrutura já não era mais capaz de assegurar a tão conhecida *Pax Romana*. Nesse sentido, compreende-se o fato de o cristianismo, uma nova religião que vem de uma região conhecida por ser a mais desolada - a periferia - e que fez adeptos principalmente entre os mais pobres, não ser muito bem vista e ainda tida como uma ameaça pelo império. Contudo, como a história mesmo nos mostra, essa intolerância não dura muito tempo e com o edito constantiniano só se confirma a tolerância crescente por parte do império, tolerância que já vinha desde bem antes do terceiro século.

1.1. A Ideia de “participação na liturgia no início do cristianismo”

Não seria possível, neste trabalho, abordarmos detalhadamente cada fase histórica da liturgia e de como aconteceu a evolução da participação dos fieis no culto litúrgico da Igreja. Mas, existe um período especial que deveras merece nosso foco de pesquisa: um período que se estende das origens do cristianismo até o século VIII, aproximadamente.

O período das origens nos revela a formação das primeiras comunidades em que a participação no culto contribuía para a identificação e a manutenção da identidade de um grupo que precisava lutar para sobreviver. E em outra ponta, chegamos ao século VIII com o final de uma longa e rica evolução litúrgica. A partir de então, a liturgia cristã do ocidente já se encontra praticamente definida de forma bem geral como a que conhecemos hoje.

Sabemos que as primeiras gerações cristãs eram majoritariamente judaicas que aderiam à fé no Cristo, mas mantinham a maioria de seus costumes religiosos como judeus. Mesmo depois de aderirem ao Cristo continuavam a participar da vida religiosa do seu povo³. Aos olhos de uma parcela dos judeus, os que aderiam à fé eram tidos como fervorosos e agraciados por Deus conforme também nos é apresentado no Livro dos Atos 5, 35 “Varões de Israel, atentai bem no que fareis a estes homens”. Com essa fala de Gamaliel fica ainda mais clara a ideia de que esses judeus cristãos eram de fato admirados pelo povo por sua dedicação e atenção para com a Lei e os costumes do povo judeu. Assim sendo, permanece uma pergunta: como era a participação na liturgia judaica e como isso influenciou a liturgia cristã?

³ Cf. At 21, 20; 2, 46; 5, 21; 3, 1

Essa pergunta nos remete a três pontos principais em que a liturgia judaica está embasada, a saber:

- a) **Memória:** “refere-se fundamentalmente a acontecimentos históricos, sendo a coluna vertebral do seu culto o conceito de Memória (*Zikkarôn*)”⁴. Nisso a religião judaica se difere grandemente do mundo helênico cuja religião é misteriosa, profundamente relacionada ao mito, num cunho a-histórico.
- b) ***Berakah*:** podemos traduzir essa palavra como bênção ou louvor. É, sem sombra de dúvidas, uma prática muito própria do povo judeu.
- c) **A Aliança:** essa característica, bem como a *berakah*, se distingue do mundo religioso pagão tendo em vista que exige uma *participação* do homem conforme o que nos apresenta Bergamini dizendo que a única religião que coloca efetivamente o homem em causa é a religião revelada no Antigo e no Novo Testamento⁵.

Os primeiros cristãos, como dito anteriormente, provindos do judaísmo, guardaram essa “herança natural” da sua tradição e a transportaram para a vida da Igreja primitiva. Contudo, tinham frente a ela uma posição efetivamente mais crítica, na linha do profetismo⁶.

1.2. Ruptura com o Mundo Judaico

O reconhecimento da uma fé livre da lei no chamado concílio Apostólico (At 13) foi para os hebreus em Jerusalém o início de um isolamento progressivo. Sob a liderança de Tiago [irmão do Senhor], eles continuavam fiéis à tradição judaica e, assim ligados a Israel também sociologicamente⁷.

Sem negar o que une os dois mundos, começa uma crescente consciência de que os cristãos deveriam formar uma comunidade a parte do mundo judaico. Essa comunidade que

⁴ BASURKO. Xavier. A Vida Litúrgico-sacramental da Igreja Em Sua Evolução Histórica, in BOROBIO. Dionisio (org) *A Celebração na Igreja*; Liturgia e Sacramentalogia Fundamental. São Paulo, Loyola, 1990.

⁵ BERGAMINI. A. Culto in: D SARTORE e A M TRIACCA (org). *Dicionário de Liturgia*. São Paulo, Paulinas. 1992.

⁶Cf. Am 5, 21-24; Os 6,6

⁷ STOCKMEIER, Peter/ BAUER, Johannes B. Da Comunhão da Igreja à formação da Igreja, in LENZENWEGER, Josef; STOCKMEIER, Peter; BAUER, Johannes B./ AMOM, Karl/ ZINHOBLER, Rudolf. *História da Igreja Católica*. Trad. Fredericus Stein. São Paulo, Loyola, 2006.

nasce, virá a ser conhecida como *ἐκκλησία*⁸. Esse termo no Novo Testamento faz alusão ao lugar e ou à reunião concreta dos cristãos. “De fato, ao mesmo tempo em que participavam na vida do povo, os cristãos levam uma vida própria. Reúnem-se entre si. Tais reuniões se realizavam em casas particulares. Com o passar do tempo surgem locais próprios de reuniões⁹. Se observarmos ainda, no livro dos Atos dos Apóstolos, encontramos: “Dia após dia, unânimes, mostravam-se assíduos no templo e partiam o pão pelas casas tomando o alimento com alegria e simplicidade de coração”¹⁰.

Para as primeiras comunidades cristãs, o culto e a liturgia oficial do Templo não parecem ser muito bem vistos, já que mesmo seu “fundador” Jesus parecia não ser muito favorável às conhecidas orações públicas feitas pelos judeus, e, com certa frequência, recomendava que seus adeptos agissem exatamente em oposto a isso¹¹. Ele anuncia uma novidade de culto, uma relação com o sagrado menos pública e mais pessoal.

Jesus anuncia uma nova forma de culto e ainda alerta para o final daquele culto anterior vigente. Vejamos o diálogo com a Samaritana em João 4, 21-24. Nesse diálogo, fica bastante evidente o que de fato Ele pensa sobre o culto judaico e que corrente parece estar se fortalecendo entre as comunidades cristãs desses primeiros anos do cristianismo. É evidente que uma ruptura seria inevitável, mesmo para os que ainda mantinham uma linha mais conservadora quanto às tradições judaicas acabariam por ficar em um isolamento conforme nos ilustra *Stockmeier* em seu artigo “Antiguidade”, no livro: *A História da Igreja Católica*, tratando dos primeiros anos do cristianismo.

Posteriormente, na era dos Padres Apostólicos, encontramos escritos que possuem até mesmo advertências quanto aos costumes judaicos nas comunidades cristãs. Início de

⁸ É preciso tomar este termo acuradamente e entender o que efetivamente ele traz em sua raiz semântica. Essa palavra é composta de duas outras: *ἐκ* que quer dizer literalmente “de dentro para fora” e ou “de fora para dentro”. Num sentido político, soa como um convite em conjunto com a palavra *κλέομαι* que literalmente é “convocar”. Portanto *ἐκκλησία* tem ou transmite a ideia de uma convocação para algo. Um chamamento. Nesse caso específico, trata-se de um chamado por parte do Senhor para a sua assembléia. Esse termo aparece pela primeira vez em Mt 16, 18 e também 1Cor 11, 22, dentre outras citações.

⁹ DANIELLOU, Jean & MARROU, Henri. *Nova História da Igreja; dos primórdios a São Gregório Magno*. Vozes, Petrópolis, 1966.

¹⁰ At 2,46

¹¹ Cf Mt 6,6

Antioquia escreve às comunidades e as alerta sobre o perigo dos “judaizantes”: “Não vos deixeis enganar sejais por doutrinas heterodoxas nem por velhas fábulas que são inúteis, com efeito, se ainda vivemos segundo a Lei, admitimos que não recebesse a graça” Inácio aos Magnésios 8,1¹². “Aqueles que viviam na antiga ordem de coisas chegaram à nova esperança, e não observam mais o sábado, mas o dia do Senhor, em que a nossa vida se levantou por meio dele e da sua morte” Inácio aos Magnésios 9,1¹³.

Tudo isso parece exprimir já um grande distanciamento do modo tradicional judaico e também pagão. Essa espécie de *anticulturalidade* desses dois ambientes, dos quais são provenientes os cristãos desse período, mostra efetivamente que havia já nessas comunidades o desejo de uma realidade nova, um desejo de algo que fosse próprio dessa religião nascente. Essa realidade diferente que os cristãos tendem a querer e ou esperar trata-se de algo muito mais interior do que práticas apenas exteriores. A religião dos judeus estava repleta de práticas externas e é isso que Jesus condena veementemente¹⁴. Essa prática desprovida de algo interior, algo que não seja apenas ritualístico, acaba por tornar-se meramente um culto formal.

1.3. O culto cristão e sua novidade

O culto do início da era cristã apresenta alguns traços muito marcantes em seu desenvolvimento. É importante saber de alguns dos mais essenciais.

1.3.1. Cristo como centro

O que temos como culto nessas primeiras comunidades cristãs, principalmente as que são descritas no novo testamento, é de cunho cristológico.

¹² INÁCIO DE ANTIOQUIA, *in* Padres Apostólicos, Trad. Ivo Stroniolo, Euclides M. Balancin. São Paulo, Paulus, 1995.

¹³ *Idem*

¹⁴ Cf Mt 23, 13-22, por exemplo.

Aplicam-se agora a Cristo todos os termos sacros e cúlticos do Antigo Testamento: é o templo (Jo 2,19) é mais que o templo (Mt 12,5s) é o sumo e eterno sacerdote (Hb 2, 17; 7, 23-28) é o liturgo por excelência dos cristãos (Hb8, 1s) o único mediador da Aliança (Hb 8, 6). Toda a sua existência é um ministério sacerdotal de expiação que culmina na oferenda de sua Morte, como sacrifício (Hb 10, 5s) ele mesmo é a oferenda (Ef 5, 2) o Cordeiro de Sacrifício que santifica pelo sangue (Jo 1, 29-36; 1Pd 1, 19; Ap 5, 6-12;13)¹⁵

O testemunho de que os cristãos logo desenvolveram um culto próprio não está apenas nos textos canônicos, ou seja, nos textos do Novo Testamento. É possível encontrar referência da sua novidade de culto em outros textos do período e mesmo nos séculos posteriores quando o cristianismo já estava mais desenvolvido e solidificado.

Inácio de Antioquia (~ 107 d.C.) fornece um dado bastante interessante sobre a liturgia dos primeiros cristãos: “que todos, em particular e em comum, na graça que procede do Nome, vos reunis na mesma fé e em Jesus Cristo” Inácio aos Efésios 3.1¹⁶. Além de Inácio, temos outras personalidades que asseguram a novidade do culto cristão. Outro dado importante está no fato de que os cristãos optam por reunir-se não mais no dia de sábado como era costume, mas no Dia do Senhor, ou seja, no domingo.

No século III o domingo é o dia em que se celebra a Páscoa de Cristo. Naquele dia, escreve Plínio, o jovem, na sua carta ao imperador Trajano “(...) eles têm o hábito de reunir-se ao amanhecer e cantar hinos de louvor a Cristo”. São Justino descreve assim o domingo: “No dia chamado Sol, tanto os que moram na cidade como no campo se reúnem no mesmo lugar e se faz a leitura das Memórias dos Apóstolos e dos escritos dos profetas”. Quando o leitor termina, aquele que preside realiza um discurso para exortar a todos os presentes a seguir as boas situações vividas por aqueles que os antecederam. Em seguida, todos realizam suas orações. Encerradas as preces o presidente da comunidade recebe o pão, vinho e água. Eleva orações e agradecimentos com toda a sua força e a comunidade aclama dizendo ‘Amém!’ A seguir faz a distribuição aos presentes, do alimento consagrado e se envia, pelos diáconos, para os ausentes.¹⁷

Muitos outros autores fazem referência ao Dia do Senhor como um dia especial para os primeiros cristãos, um dia de orações e especial louvor, ou seja, dia do seu culto. Conforme

¹⁵ BASURKO. Xavier. *A Vida Litúrgico-sacramental da Igreja Em Sua Evolução Histórica*, in BOROBIO. Dionísio (org) *A Celebração na Igreja*; Liturgia e Sacramentalogia Fundamental. São Paulo, Loyola, 1990 op. Cit 47

¹⁶ INÁCIO DE ANTIOQUIA, in *Padres Apostólicos*, Trad. Ivo Stroniolo, Euclides M. Balancin. São Paulo, Paulus, 1995.

¹⁷ SOUZA. Ney. *Cristianismo A vida dos Primeiros Cristãos*. São Paulo, Palavra e Prece. 2010

o cristianismo vai se desenvolvendo, e com ele a liturgia, a centralidade do Cristo vai se assegurando, pelo menos nesses primeiros séculos de vida da Igreja.

1.3.2. O culto é vida

O Novo Testamento está em tudo relacionado com a vida, em especial na sua dimensão cúllica. Nisso o cristão não está apenas ligado a práticas aprisionadoras e exteriores, mas sempre sendo motivado, convidado a ser aquilo a que foi chamado, ou seja, ser de fato testemunho e, com isso, ser uma proclamação de louvor à Deus. Retornemos a Inácio de Antioquia que exorta os cristãos Magnésios “É adequado, então, não apenas ser chamados “cristãos”, mas sê-lo também de verdade. Não basta assim ser apenas chamado, mas é necessário sê-lo também, como se passa com um homem abençoado”¹⁸.

Assim, todos os cristãos são chamados a viver a mesma experiência de Cristo, a participar do mesmo sacrifício. A isso podemos chamar de Liturgia Cristã. O culto cristão de vida é tornar-se cada vez mais o próprio Cristo.

1.3.3. Batismo

Não seria possível tratar sobre a vida dos cristãos, sua vida cultural, sem fazer menção ao batismo. Ele se torna essencial para a entrada na comunidade. E o batismo era um sinal de que o futuro membro estava apto para exercer sua participação nesse constante louvor a Deus que a comunidade unida elevava. O batismo marcava o indivíduo com o sinal dessa pertença. Inácio de Antioquia também recorda quando a unidade, também expressa pelo batismo, era um contante na “vida eclesial”.

Todos, em particular, e em comum, na graça que procede do nome, vos reunis na mesma fé e em Jesus Cristo, que descende segundo a carne de Davi, filho do homem e filho de Deus, para obedecermos ao bispo e ao presbítero numa concórdia indivisível, partindo um mesmo pão, que é remédio da imortalidade, antídoto contra a morte, mas vida em Jesus Cristo para sempre. Inácio aos Efésios 3.¹⁹

¹⁸ INÁCIO DE ANTIOQUIA, *in* Padres Apostólicos, Trad. Ivo Stroniolo, Euclides M. Balancin. São Paulo, Paulus, 1995.

¹⁹ *Idem*

Aqui é notável que a comunidade cristã unida pelo batismo se reunia e o partir do pão era uma expressão dessa unidade selada pelo mesmo. É evidente que o culto também se estende à vida individual que parte do individual para o comunitário. Não é um culto solitário, é comum. Mas, nesse aspecto comum inclui-se a dinâmica da relação pessoal do fiel com o sagrado.

1.3.4. Reuniões e o local do culto.

Assim como os judeus tinham suas sinagogas e nelas se reuniam para o culto e o estudo da palavra de Deus, os cristãos desde muito cedo também tinham seus locais de encontro e partilha. Num primeiro momento esses encontros se davam na segurança de suas próprias casas onde acontecia o “partir do pão” (At 2, 46). Esse “lugar cristão” de culto estendeu-se por uma boa parcela de tempo nesses primeiros séculos e servia como um ambiente muito propício para o relacionamento comunitário e também como um lugar de providência econômica, formação das lideranças e plataforma missionária. É ainda preciso ressaltar que, para os primeiros cristãos, o lugar do culto ainda não tem tanta relevância como veremos acontecer mais tarde na história. O que importava e os diferenciava dos pagãos e judeus é que o culto acontecia pela participação orante e não pelo fato de existir um templo onde Deus habita, por exemplo. Esse processo de saída das casas e início do culto restrito a um “lugar cúbico” acontece após a realização de um sínodo em Laodicéia no período de 360 a 370 que proibia expressamente a celebração da Eucaristia nas casas. Contudo, esse período, podemos dizer, é o que melhor expressa o sentido de participação nas celebrações dos cristãos, o período em que o culto era doméstico.

1.4. “Participação” na ceia do Senhor

Participação era essencialmente intrínseco para os primeiros cristãos. Na mesa, todos são convidados a participar da refeição. O que mais diretamente liga e pode expressar melhor a ideia de participação nesse período são as expressões “Fração do Pão e Ceia do Senhor”. Essas duas expressões estavam também indicando ou designando a Eucaristia. De fato, sua instituição se dá num ambiente de refeição pascal. Contudo não permaneceu ligada apenas ao ambiente ou ao tempo pascal, mesmo que continuasse ligada à mesa de refeição com um

acréscimo da expectativa alegre do retorno do Senhor. Alguns elementos dessa participação devem ser destacados.

1.4.1. Refeição: expressão cultural da unidade

O centro da vida das comunidades era a reunião cultural, em que cada fiel se sentia unido com os demais. A ela tinha-se acesso, segundo o exemplo de Jesus (cf. Mc 1,9-11) e a ordem do ressuscitado (cf. Mt 28,19), pelo batismo em água corrente ou, em caso de necessidade por uma tríplice aspersão.²⁰

A reunião cristã é o ponto mais alto de toda a vida do cristão daquele período. Ali se tinha a oportunidade de experimentar a vida na comunidade que se reunia para partilhar o pão de forma cultural, celebrar a Eucaristia. O sentar-se à mesa, o partilhar do pão fazia parte da expressão religiosa não somente dos cristãos, mas podemos dizer que é uma herança de dois mundos: judaico e pagão.

Inácio de Antioquia expressa sua doutrina acerca da mesa eucarística e da unidade em seus escritos.

Sede solícito em tomar parte numa só Eucaristia, porquanto uma é a carne de Nosso Senhor Jesus Cristo, um o cálice para a união com Seu sangue; um o altar, assim como também um é o Bispo, junto com seu presbitério e diáconos, aliás, meus colegas de serviço. E isso, para fazerdes segundo Deus o que fizerdes. Inácio aos Filadelfos 4, 1²¹.

O tomar a refeição em comum adiciona um tom humano à mesa, porque inscreve o indivíduo no contexto da convivência. Na mesa, não apenas se toma o alimento, mas se convive e se relaciona. Cria-se, ainda, a unidade da comunidade.

Participar de uma refeição é ter ocasião de trocar ideias e de entrar profundamente em comunhão de sentimentos. Esta troca, exprime-se já em nível elementar de desejo de saúde dirigido a uma pessoa por aquele que bebe: o vínculo que une os convivas e tal que o bem conseguido por um ao beber traz saúde também para o outro²².

²⁰ STOCKMEIER, Peter/ BAUER, Johannes B. *Da Comunhão da Igreja à formação da Igreja*, in LENZENWEGGER, Josef; STOCKMEIER, Peter; BAUER, Johannes B./ AMOM, Karl/ ZINHOBLE, Rudolf. *História da Igreja Católica*. Trad. Fredericus Stein. São Paulo, Loyola, 2006.

²¹ INÁCIO DE ANTIOQUIA, in *Padres Apostólicos*, Trad. Ivo Stroniolo, Euclides M. Balancin. São Paulo, Paulus, 1995.

²² DUFOUR, Xavier Léon. *O Partir do Pão Eucarístico Segundo o Novo Testamento*. São Paulo, Loyola, 1984

1.4.2. A Refeição no sentido religioso.

A ceia do Senhor, ou ceia pascal seguia um ritual composto basicamente da fração do pão onde o oficiante pronunciava uma bênção e depois o distribuía aos convivas. Também acontecia a bênção do cálice com vinho, que na ceia pascal deveria acontecer quatro vezes dentre essas a terceira tinha maior destaque. O livro dos Atos nos apresenta uma imagem de como era a celebração do culto primitivo “Eles mostravam-se assíduos ao ensinamento dos Apóstolos à comunhão fraterna, à fração do pão e às orações”²³.

Também na descrição paulina de 1cor 11, 17-34, nota-se a estreita ligação com a refeição, o carácter de banquete da ceia eucarística. Paulo ainda faz algumas advertências quanto à ausência do sentido de fraternidade no que se refere à partilha do pão. Ainda em outros textos paulinos vemos o carácter e a importância que o banquete eucarístico vai tomando na formação das comunidades cristãs.

Contudo, não dura muito tempo à ligação da Eucaristia com a refeição. Já no século segundo existem testemunhos que a separação da refeição sacramental do ágape cristão. “Vem depois à distribuição e participação feita em todos os alimentos consagrados pela ação de graças e seu envio aos ausentes pelos diáconos”²⁴.

Não é difícil perceber que no contexto de refeição a Eucaristia dava maior garantia de participação de todos. A questão é: Como o abandono tão precoce da refeição como sinal eucarístico? O término da celebração familiar? O crescimento desmedido do número de cristãos? Não saberia dar uma resposta concreta para isso, como também não é o foco dessa pesquisa; no entanto, essa mudança é, sem dúvida, muito significativa, se não a mais significativa da história litúrgica da Igreja.

O fim do banquete muda a forma exterior da celebração e essa mudança também influenciou a atitude das pessoas bem como o nome da celebração que de fração do pão e/ou ceia do Senhor para sê-la conhecida como Eucaristia ou Ação de Graças.

²³ Cf At 2, 42

²⁴ JUSTINO DE ROMA, I e II Apologias, e Diálogo com Trifão. São Paulo, Paulus, 1995.

1.5. Momentos Marcantes da Liturgia Cristã

A partir do século quarto, a comunidade cristã não é mais preseguida e acaba tornando-se a religião oficial do império: “Em lugar de ser considerada como um corpo estranho, passa a ser o princípio diretor que anima o império cristão”²⁵. Aceitar fazer parte do império significa em parte assumir seus problemas e o mesmo enfrentava problemas em várias de suas fronteiras; em especial aquelas que dividiam seus domínios com os domínios bárbaros. Mas além dos problemas (imperiais), a igreja enfrenta seus próprios desafios e todos com consequência direta sobre a evolução litúrgica posterior. Falamos aqui das heresias que começam a aparecer no seio da comunidade cristã, na realidade controvérsias teológicas como, por exemplo, o donatismo na África, o arianismo, o nestorianismo e o pelagianismo; no entanto o mais desafiador de cunho doutrinal e mais impactante para a evolução litúrgica é o gnosticismo.

1.5.1. O impacto gnosticista

O gnosticismo (origem grega que significa conhecimento) não é uma doutrina, mas um conjunto de doutrinas originadas das culturas greco-latinas, hebreias e do cristianismo. A doutrina afirma que existe uma barreira entre Deus e a humanidade. A humanidade pode conseguir a sua salvação graças à “gnose”, um conhecimento de ordem superior transmitido por uma corrente de iniciados e reservado a uma elite²⁶.

Em sua origem, que é bem anterior ao cristianismo, à palavra gnose quer afirmar conhecimento ou até mesmo visão de Deus: Uma revelação do divino que tem por detrás uma mensagem antiga, secreta, que era transmitida a alguns poucos iniciados. Na sua raiz doutrinal também está o desprezo pelo material, ou seja, a matéria é desprezada. O gnosticismo tem uma tendência bastante evidente de ser contrário a elementos rituais da religião. De fato, o gnosticismo dá grande prestígio aos elementos doutrinários e como efetivamente despreza o elemento material, não dá importância ao rito ou o celebrar²⁷ propriamente dito. Na realidade,

²⁵ BASURKO. Xavier. *A Vida Litúrgico-sacramental da Igreja Em Sua Evolução Histórica*, in BOROBIO. Dionisio (org) *A Celebração na Igreja*; Liturgia e Sacramentalogia Fundamental. São Paulo, Loyola, 1990

²⁶ SOUZA. Ney. *Cristianismo A vida dos Primeiros Cristãos*. São Paulo, Palavra e Prece. 2010 p 57.

²⁷ É preciso entender que no rito ou nos ritos implicavam o uso de objetos sensíveis materiais e o “celebrar” implica numa contaminação do elemento espiritual, que na sua concepção é o único capaz de alcançar a gnose (conhecimento).

os gnósticos desenvolveram uma forma de ritualidade, que podemos dizer ser uma ritualidade antiritual, onde o elemento fundamental é a gnose, ou conhecimento.

A liturgia cristã influenciada por essa problemática assumirá algumas características que irão perdurar por muito tempo. Novamente a Eucaristia ou Ação de Graças muda de nome e passa a ser conhecida como *oblacio* e *sacrificium*, e, além dessa mudança, o lugar de culto também sofrerá mudanças: o altar passará a ter muito mais importância e se destacará mais como o lugar do sacrifício e o oficiante; o sacrifício retoma o nome de “sacerdote”. Contudo, sob a ótica da participação do povo, essas mudanças gradativas, porém significativas, assumem uma ambivalência: por um lado valorizam os aspectos humanos destacando o oferecimento dos dons; por outro a visão sacrificial tornar-se-á absoluta no que se compreende a Eucaristia simbolizada pelo isolamento do altar cristão.

1.6. Um novo lugar de culto.

Todos os povos (*cunctos populus*), governados pela diretriz da nossa clemência, devem, segundo a nossa vontade, perseverar na religião que o divino apóstolo Pedro, conforme até hoje declara, a religião por ele pregada, transmitiu aos romanos. A ela seguem, como é sabido, o pontífice Dâmaso, e Pedro bispo de Alexandria, homem de apostólica santidade. E isso significa que nós, segundo ordenação apostólica e doutrina evangélica, cremos na única divindade do Pai, do Filho, e do Espírito Santo, em igual magestade e trindade íntima. Ordenamos, pois, que todos os que seguirem essa lei hão de continuar com o nome de cristãos católicos; os demais, porém, tolos e dementes no nosso conceito, incorrem em infâmia de heresia, e seus conventículos não merecem o nome de igrejas; serão responsáveis pelo juízo divino, depois, também diante da lei penal decretada pelo poder que nós, pela vontade do céu, recebemos²⁸.

Com o fim da perseguição institucional, com a igreja agora atrelada ao império, de perseguida à religião oficial, o número de conversões²⁹ é imensamente grande; logo a Igreja doméstica já não comporta mais o grande número de fiéis. Logo é necessária a construção de locais apropriados para o culto, e com o auxílio do império, na pessoa do imperado, são construídos os prédios com estilo, conhecido pelos romanos basilical. Latrão é a primeira grande sala para a Liturgia cristã.

²⁸ Citação do Cod. Theod., XVI, 1,2 in: STOCKMEIER, Peter/ BAUER, Johannes B. *Da Comunhão da Igreja à formação da Igreja*, in LENZENWEGER, Josef; STOCKMEIER, Peter; BAUER, Johannes B./ AMOM, Karl/ ZINHOBLER, Rudolf. *História da Igreja Católica*. Trad. Fredericus Stein. São Paulo, Loyola, 2006.

²⁹ Vejamos o termo conversão como adesão a nova religião imperial, quem não participa da religião do império esta contra o império.

O novo quadro litúrgico transforma o estilo litúrgico; a basílica é monumental e grandiosa, é, como lugar de reunião, expressão da grande assembleia, massiva, da igreja constantiniana. A mudança introduzida nas dimensões do lugar e no número de pessoas determina uma verdadeira mutação na realidade das relações entre os membros da comunidade cristã³⁰.

Isso coloca definitivamente fim ao culto doméstico da Igreja e os cristãos conquistam efetivamente espaço nas grandes cidades do império. Também é preciso acrescentar que com a mudança arquitetônica dos espaços litúrgicos entra em cena algo que até então não se tinha pensado, devido à radicalidade dos cristãos, o uso da arte e da música nas celebrações litúrgicas. A pergunta que possivelmente deve permear esse período é; já acontece aí, nesses primórdios, um processo de inculturação tão evidente nos dias atuais? É fato que o número crescente de adesões à nova fé por parte dos pagãos não neutraliza suas raízes e essas acabam por influenciar muito diretamente no culto. É fato que muitos aspectos da cultura greco-romana são incorporados e assimilados aos ritos cristãos e parte do cerimonial da corte é introduzido gradativamente no culto cristão.

Um exemplo que pode ser facilmente notado é a forma que os templos (igrejas) são construídos com sua fachada voltada para o oriente de onde nasce o sol. Isso acontece a partir do século IV de forma que a assembleia vislumbrasse, juntamente com o sacerdote, o nascer do sol como a figura do Cristo ressuscitado. Mas esse sentido logo se perde e o celebrante de costas para o povo na realidade vai mesmo é distanciar o povo do altar, ou seja, o sagrado passa a estar apenas na mão do sacerdote distante da assembleia. Obviamente isso vai dando aos poucos um maior destaque a Roma à medida que a Liturgia Romana vai ganhando força sobre as demais. A influente Liturgia Papal Soleníssima abria espaço a alguns momentos no qual o povo ainda participava na oferta dos dons, participa da comunhão e entende algumas orações de maior destaque, bem como as leituras.

1.7. A celebração da Eucaristia.

Os traços da liturgia de Roma já estão bem alinhados pelo séculos VII e VIII, pelo menos os traços mais fundamentais, considerando a realidade que a Igreja vive é importante observar como era a participação do povo no celebração mais importante dos cristãos.

³⁰ BASURKO. Xavier. *A Vida Litúrgico-sacramental da Igreja Em Sua Evolução Histórica*, in BOROPIO. Dionisio (org) *A Celebração na Igreja*; Liturgia e Sacramentalogia Fundamental. São Paulo, Loyola, 1990

Naturalmente, temos a tendência de pensar que as celebrações eram a revelia do oficiante (sacerdote) porém a didaqué já nos fornece um parâmetro sobre essas celebrações de que já pelo final do primeiro século (ano 90) existiam prescrições escritas mesmo permitindo certa liberdade. Temos um bom testemunho desse período sobre a estrutura da celebração da eucaristia que provém de São Justino.

No dia que se chama do Sol celebra-se uma reunião dos que moram nas cidades ou nos campos e ali leem, quando o tempo permite, as memórias dos apóstolos ou os escritos dos profetas. Quando o leitor termina o presidente faz uma exortação e convida para imitarmos esses bons exemplos. Erguemo-nos, então, e elevamos em conjunto nossas preces, após as quais se oferecem o pão, vinho e água, como já dissemos. O presidente também, na medida de sua capacidade, faz elevar a Deus suas preces e ações de graça, respondendo todo o povo amém. Segue-se a distribuição a cada um, dos alimentos consagrados pela ação de graças, e seu envio aos ausentes, por meio dos diáconos. Os que têm, e querem dão o que lhes parece, conforme sua livre determinação, sendo a coleta entregue ao presidente, que assim auxilia os orfãos e as viúvas, os enfermos, os pobres, os encarcerados, os forasteiros, constituindo-se numa palavra, o provedor de quantos se acham em necessidade ³¹.

Esse relato de Justino apresenta a celebração dominical. Justino, como sabemos, era leigo e aparentemente se mostra satisfeito com o fato de ter a possibilidade da participação. Ele ainda descreve a postura e atitude corporal da celebração bem como a oração eucarística sem muitos detalhes, mas que o presidente consagra “na medida de suas capacidades” o que é oferecido. Essa é uma característica muito presente na celebração da Eucaristia: a ação de graças. Faz-se essa ação de graças por diversas razões: pela fé recebida, pelos benefícios por parte de Deus a todos, pela libertação dos pecados por tudo o quanto é possível agradecer e render graças a Deus. Uma oração composta por Hipólito de Roma, composta mais ou menos pelo século terceiro é um exemplo perfeito. Muito embora não vamos abordar aqui os escritos de Hipólito, mas é bom tê-lo em mente ao se tratar desse período histórico e evolutivo da celebração eucarística.

De maneira geral, pode-se dizer que a participação na liturgia romana estende-se até o início da idade média, contudo já no século VII as orações privadas começam a limitar a participação aumentando a prática da piedade e da devoção principalmente a Santa Mãe de Deus e aos Santos. Enfim adentramos num período que podemos chamar de transitório da participação efetiva e dialogal para um distanciamento gradativo e chegando a idade média onde ela praticamente desaparece.

³¹ JUSTINO DE ROMA, I e II Apologias, e Diálogo com Trifão. São Paulo, Paulus, 1995

1.8. Participação na Idade Média

Uma grande parcela de historiadores da liturgia são enfáticos ao afirmar que na Idade Média a participação praticamente desapareceu quase que por completo. Sabemos que por quase mil anos houve um esforço para que a participação do fiel tomasse parte na celebração, o povo não apenas podia, mas deveria ter essa participação no desenvolvimento da ação litúrgica. Porém na Idade Média, a celebração assume um rigorismo litúrgico que afasta o povo, não permitindo sua participação, tendo em vista que o que está de certa forma encarregado deve seguir estritamente todas as prescrições. Ao povo, porém, cabia ser expectador no mais profundo silêncio para que as palavras tivessem efetivamente o seu verdadeiro efeito. Como um espetáculo mágico. Não podemos pensar em uma teologia litúrgica desse período visto que a própria Igreja apenas apresentava poucas explicações mais alegóricas e fantasiosas que efetivamente teológicas em relação ao mistério celebrado na Missa.

Há, porém que se perguntarem os fatores pelos quais a participação é colocada na escuridão quase deixada completamente escusa. Temos vários fatores. Analisemos, portanto alguns mais evidentes. O fato de os cristãos não serem mais apenas um pequeno grupo onde todos se conhecem, mas ao contrário, são uma massa; para tanto, os templos desse período são grandiosos e solenes devidamente apropriados para a celebração da Eucaristia. Outro fator preponderante é que quem oficia, preside, é o clero. Quanto mais clericalizada se torna a liturgia menos se tem acesso, maior é a ignorância por parte do povo e mais erudita vai se tornando a celebração. Nesse período, a presença da assembleia praticamente torna-se um detalhe quer exista participação ou não de “povo” na celebração é o padre quem fazia tudo e isso perdura praticamente até a promulgação da Constituição sobre a Liturgia no Vaticano II. Com o distanciamento da participação efetiva na Liturgia por parte do povo ela vai perdendo sua vivacidade, perdendo sua vida, primeiro pelo fato de se tornar cada vez mais incompreensível visto que era celebrada em Latim logo perde o sentido de lugar onde se nutre para tanto o povo começa a buscar novas fontes de alimento, como dito acima, o culto aos santos é o meio pelo qual o povo nutre-se levando em consideração que a Eucaristia é tida como o pão dos anjos, ou seja, deve ser contemplada.

1.9. A Participação do Povo

Como consequências do processo de distanciamento do povo na participação litúrgica têm um efeito extremamente negativo. Por si o povo começa a buscar, como visto antes, outras formas de nutrir-se espiritualmente fora do âmbito litúrgico oficial (devocionismo, etc). O povo ainda está presente na liturgia, mas apenas como expectador “assiste a missa”. O povo não está unido à ação litúrgica, não participa da Eucaristia, ele a contempla. O sacerdote celebra a Missa apenas rodeada por uma figura que passa a ocupar o lugar do povo o coroinha. A diminuição na participação à comunhão eucarística não é um fenômeno recente, já acontecia há certo tempo. Somente no século V ele já estava presente. Um sínodo pelo ano de 506 já apontava essa problemática e baixa um cânone exigindo a participação na Eucaristia pelo menos três vezes ao ano. “É provável que, a partir do século IX, a maioria dos fiéis não superasse o mínimo que o concílio de Latrão, do ano 1215, viria a estabelecer: comunhão na Páscoa”³². Com a redução na frequência aos ofícios litúrgicos, devido ao gradativo impedimento na participação por parte do povo, obrigou não somente a autoridade civil, como a eclesiástica a tomar providências como para a observância do domingo já prevista no Sínodo de Elvira pelo ano 306.

1.9.1. Devocionismo.

Esse movimento busca suprir o que a liturgia oficial suprimiu. Utiliza-se de ritos e ritmos populares em seus cânticos religiosos realizando seus “culto-rituais” em língua vernácula. Quanto a conteúdo doutrinal simplifica-se em valorizar a fé e o sentimento religioso. Obviamente esse movimento se perdeu em razão de não existir uma visão teológica muito clara e ainda recheada de superstições. Ele se enveredou pelo mesmo caminho da liturgia oficial cometendo o mesmo erro, contudo, não deixou de ser uma manifestação de desejo de uma liturgia mais humana que levasse em conta a cultura e os sentimentos do povo.

Hoje parece estranho olharmos para a Idade Média e não perceber ninguém levantando a voz contra o estado da liturgia, muito embora houvesse algumas tentativas de retorno. Observemos essas tentativas até o concílio de Trento: temos algumas figuras que de certa forma buscam esse regresso dentre os quais Cesário de Arles que reclama da decadência da

³² Idem

participação e alguns relatos sobre uma liturgia galicana onde o povo ainda canta efetivamente as aclamações³³. Marsili ainda cita outras figuras importantes nessa tentativa de reforma, por exemplo, Buchard Worms, Raúl Rivo e a exigência por parte desses de que os fiéis digam “amém” como um sinal de confirmação.

1.10. A Reforma de Lutero e a Participação.

Por parte dos reformadores existe uma reação contra os abusos litúrgicos da época. A reforma desenvolveu uma nova assembleia cultural unida no canto e na oração. Ela exigia um aspecto de religião individual. Na realidade isso ocorre como uma reação à liturgia católica onde o indivíduo estava ausente. Os protestantes receberam muita influência da *devotio Moderna*.

Apresentava-se como uma reflexão crítica de toda a situação religiosa espiritual, reflexão, que provindo de indivíduos e de grupos diversos, convergia para verificações análogas, à vida espiritual não encontra alimento nem na liturgia nem nas devoções, porque são ambas igualmente atingidas de materialismo cultural; nem tira proveito maior da teologia que se entrincheirou no intelectualismo. Para que se produza uma vida espiritual nova, é preciso voltar-se para uma profunda vida interior, orientada para a imitação de Cristo, e que se deve alcançar através da mediação e da oração pessoal. É o verdadeiro nascimento do individualismo religioso³⁴.

Interessante, o individualismo religioso nasce no fato de que a liturgia não satisfaz o anseio do povo do alimento espiritual. O culto que é influenciado por essa *Devotio Moderna* é caracterizado por esse interiorismo, inclusive os sacramentos são separados da história da salvação.

O que a reforma faz com a liturgia não é bem “reforma”, mas uma tentativa de extingui-la com o objetivo de reconstruir o culto embasado na palavra e na fé. “a pregação é única cerimônia e o único exercício de culto que Cristo instituiu, para que neles os cristãos se recolham, se exercitem e se mantenham devotos”³⁵. É certo que fora da Alemanha o protestantismo não atingiu, e se atingiu foi pouco, a liturgia católica.

³³ Cf. MARSILI S. *A Liturgia, Culto da Igreja*. In NEUNHERSER, B. (org), *A Liturgia, Momento Histórico da Salvação*. 2 Ed. São Paulo, Paulinas, 1986; (Col. Anámnese I).

³⁴ Idem

³⁵ Idem

Lutero esforça-se, e junto dele os demais reformadores, de colocar a Palavra de Deus na mão do povo e a simplifica os cantos para engendrar a doutrina de maneira a facilitar a difusão do protestantismo. Não havia por parte destes um desprezo total pela liturgia e pelo seu patrimônio. O que acontece é que essa simplificação já há muito tempo vinha sendo perdida dentro da própria igreja e acabou por dar um impulso muito grande à reforma. Infelizmente essa resposta só chegou ao concílio de Trento, muito mais como uma resposta anti-protestante do que de fato como uma resposta concreta.

1.11. A Participação em Trento

Infelizmente a liturgia em Trento não recebeu um tratamento que não fosse apenas combativa às reformas protestantes e afirmações de cunho sacramental. Em todos os cânones apresentados no concílio³⁶ a respeito da Eucaristia, por exemplo, é apresentada de forma distinta e fora, aparentemente, de conexão; primeiro sobre a presença real, outra sobre a comunhão e por fim sobre o sacrifício. De fato o concílio não tratou sobre a problemática litúrgica talvez para não dar razão aos reformadores. Pelo bem da verdade o concílio não tinha a intenção de dar cabo de uma reforma litúrgica, na realidade essa reforma foi se engendrando nos anos posteriores, na verdade a unificação da liturgia se dá muito mais precisamente com a invenção da imprensa. Na contra-reforma, o que se pensava era em apresentar uma Igreja forte, unida e triunfal. O missal, o breviário e o pontifical passam a ser obrigatórios e tudo o mais que não existia mais de 200 anos não poderiam servir. Essa reforma pós-tridentina não fez mais que restaurar o rito romano medieval em conformidade com Gregório VII assim está concluída a uniformização da liturgia e com ela nasce o rubricismo rigoroso sempre vigiado pela recém criada “Congregação dos Ritos” fundada por Pio V. Nos anos que sucederam não aconteceram muitas mudanças significativas, a liturgia não mudou o mundo. A liturgia é coisa do Padre, ao povo ficam as devoções. Observando tudo isso é estranho não pensar que ninguém tenha percebido a decadência da liturgia católica.

Muitas vezes se levantaram durante esses séculos, porém não será possível transcrever nessa pesquisa todos os movimentos que surgiram nesse período a não ser mencionar dois que talvez tenham maior relevância: o Jansenismo e o Iluminismo, que de fato

³⁶ Cf COMPENDIO DOS SIMBOLOS DEFINIÇÕES E DECLARAÇÕES DE FÉ O MORAL DENZINGER-HÜNERMANN

foram muito influentes no que estudaremos no capítulo II desta pesquisa: o Movimento Litúrgico.

Capítulo II O Movimento Litúrgico.

Pensar o Movimento Litúrgico é entrar num processo de redescoberta da participação em seu sentido primeiro, de tomar parte na refeição, ser parte integrante do banquete eucarístico. Contudo, não analisaremos o período histórico que compreende o Movimento Litúrgico de forma isolada. É preciso retroceder ainda um pouco e entrar em contato com dois fatores importantes para o nascimento do Movimento Litúrgico, trata-se do Iluminismo e do Jansenismo, fatores contributivos para que despontasse o desejo para que a participação concreta voltasse a fazer parte da liturgia católica ocidental.

2.1. Jansenismo Antecessor do Movimento Litúrgico

Chamar a atenção a esses dois movimentos é dar a base para introduzirmos o que o Movimento Litúrgico vem pensar e colocar na pauta das discussões sobre a participação litúrgica. O jansenismo em si trouxe consequências muito parcas para a reforma litúrgica, mas os desdobramentos da sua doutrina trazem algumas consequências para a liturgia. O jansenismo trouxe de volta certo individualismo religioso que estava presente na reforma protestante, sua simplicidade de doutrina tinha campo aberto nas camadas mais populares. Para seu fundador Jansênio “abria mão de uma motivação racional da teologia, Para ele, bastavam-lhe a Bíblia e os Santos Padres”³⁷.

Pelo bem da verdade, a doutrina de Jansênio não era muito bem definida, o que acontece é que em torno dele criou-se uma espiritualidade. O que, por exemplo, é defendido por Pasquier Quesnel³⁸ que tinha um grande esforço para a participação mais ativa dos fiéis utilizando o francês no comum da missa e o cânon em voz alta.

2.2. O Sinodo de Pistoia

Esse sinodo foi realizado na Cidade de Pistóia, na Toscana, no ano de 1786, e representa um fato muito interessante no meio do Iluminismo. O relacionamento da Igreja

³⁷ ROGIER, L. (org) *A Nova História da Igreja*; Reforma e contra Reforma, Petrópolis, Vozes, 1971.

³⁸ No Compêndio Denzinger é possível encontrar praticamente todas as afirmações referentes à Jansênio bem como as proposições de Quesnel (Nº 2001-2390), o que importa para essa pesquisa é saber que de alguma forma despontava no seio da Igreja algumas formas de pensar sobre a liturgia e a participação litúrgica.

com os iluministas, mesmo católicos, sempre foi conflituoso e com os cristãos provindos da reforma baseava-se em afirmar tudo o que eles negavam. No campo da liturgia, o século XVIII viu nascer um crescente descontentamento em vista de uma renovação de uma simplificação, o que se desejava era eliminar tudo o que era supérfluo. O que acontece é que todas as tentativas de renovação eram vistas como ataques iluministas. No entanto, na Alemanha alguns debates aconteciam dentro da Igreja e não eram tidos como adversários. Dessa forma Pistóia fará uma excelente análise do contexto, contudo as propostas advindas do sínodo foram consideradas infectadas danosamente com os ares iluministas. Vejamos o que o Papa Pio VI declara no documento *Actuorem Fidei* sobre as proposições de Pistóia.

(...) A proposição do sínodo que, depois de ter estabelecido: “a participação na vítima é parte essencial para o sacrifício” acrescenta “todavia não se condenam como ilícitas as missas nas quais os presentes não comungam sacramentalmente, pelo fato de que, ainda que de modo menos perfeito, participam da mesma vítima recebendo-a espiritualmente” (constituição sobre a eucaristia 4ª sessão) na medida em que se insinua que à essência dos sacrifício falta alguma coisa naquele sacrifício que é celebrado quando ninguém assim ou quando os presentes não participam nem sacramentalmente nem espiritualmente a vítima; e que quase se derivam condenar como ilícitas aquelas missas nas quais, comungando só o sacerdote, não está presente ninguém que comungue sacramentalmente ou espiritualmente: falta errônea, suspeita de heresia e tendo dela o sabor³⁹.

O maior erro, talvez, do sínodo de Pistóia foi colocar-se muito a frente de seu tempo, suas propostas não tinham o sabor de heresia, mas eram ousadas para um tempo em que a Igreja estava efetivamente na defensiva. Contudo, se observarmos algumas reivindicações sinodais perceberemos que elas foram retomadas praticamente apenas cem anos depois, como exemplo, o sínodo desejava apenas uma simplificação do rito, talvez maior acessibilidade ao povo. Efetivamente o Sínodo de Pistóia não conseguiu que suas reivindicações fossem aprovadas, mas foi uma voz corajosa na defesa de uma renovação da liturgia. Quando, porém a reforma acontece praticamente o que esse sínodo reivindicou foi atendido. Com esse sínodo cresceu o movimento para que acontecessem novamente as verdadeiras assembleias litúrgicas, onde os fiéis efetivamente voltam a participar de forma objetiva. Não podemos deixar de recordar que suas proposições em muito contribuíram no desenvolvimento do Movimento Litúrgico.

³⁹ Denzinger Constituição *Auctorem Fidei* (contra o Sínodo de Pistóia)

2.3. Como surgiu o Movimento Litúrgico seus Antecedentes

Apresentamos, anteriormente, algumas iniciativas de mudança quanto à participação na liturgia, contudo esses movimentos estiveram sempre, e de certa forma, à margem da oficialidade e obviamente rechaçados. No entanto, a partir de agora apresentaremos o que aconteceu no final do século XIX e alvoreceres do século XX. A priori, é necessário lembrar que a situação da liturgia nesse período é lamentável. “O povo é relegado à categoria de mero espectador, deixado entregue a si mesmo, mergulhado em uma piedade nitidamente de fundo individualista, ao passo que o padre, também ele sozinho consigo mesmo lê a sua missa ou faz solenemente função de espetáculo”⁴⁰.

Por parte do clero não seria possível esperar muito, visto que a formação não preparava para nada além das rubricas o padre era especificamente preparado para executar corretamente todas as prescrições e não se “pensava” uma teologia litúrgica. Obviamente abrindo assim espaço para o devocionismo, o fiel até participava da ação litúrgica por imposição de uma lei eclesial e não porque se sentisse parte do todo e parte principalmente da celebração, literalmente aproveitava para rezar suas devoções e algumas vezes receber a comunhão. Para tanto nesse contexto que o Movimento Litúrgico desponta sua ação tentando resgatar na liturgia sua centralidade na vida da Igreja. E é no ambiente monástico que ele se desenvolve inicialmente sobre tudo em Solesme na França e na Alemanha. É importante que façamos um histórico do Movimento Litúrgico para entendermos com mais clareza o que ele efetivamente desejava, e ou buscava no seio da Igreja. Vamos apresentar algumas iniciativas muito importantes para o desenvolvimento do Movimento Litúrgico.

Como exemplos têm duas ocasiões em específico; à publicação “*Anne Liturgique*” do grande Abade de Solesmes Próspero Guéranguer⁴¹ um dos primeiros protagonista e expoente de primeira grandeza do Movimento Litúrgico europeu. Com sua obra ele pensa a liturgia como oração da Igreja. Outro expoente do Movimento Litúrgico é o beneditino Lambert

⁴⁰ NEUNHEUSER. B. Movimento Litúrgico, In SARTORE e TRIACCA (org), Dicionário de Liturgia. São Paulo. Paulinas, 1992.

⁴¹ Prosper Guéranguer 1805-1875 abade do Priorado de Solesmes e fundador da Congregação Beneditina da França, foi o restaurador da vida monástica na França.

Beaudouin⁴² do mosteiro belga de Mont Cesar. Ele se inspirou na ideia da “participação ativa nos sagrados mistérios e na oração pública e solene da Igreja⁴³” e fez dela o lema do seu trabalho litúrgico pastoral. Em 1909, ele participou do Congresso das Obras Católicas em Malines. Alguns consideram aquele encontro o momento inaugural do Movimento Litúrgico. D. Beaudouin se inspira no documento *Tra Le sollecitudini* para elaborar seu trabalho e inspira muitos outros a retornarem as fontes. Sob outro ponto de vista há quem situe o Movimento Litúrgico como resultado direto da época barroca e iluminista até mesmo do Romantismo, como nos sugere Rudolf Zinnhobler⁴⁴ em seu artigo sobre a Idade Moderna. Neste artigo, Rudolf ainda propõe o Movimento Litúrgico como consequência do ultramontanismo⁴⁵ e se torna um movimento reformista que se concentra no essencial, diferentemente de outras correntes da Igreja da época.

2.4. Os Primeiros Exponentes na Europa

O primeiro grande expoente com índole reformista é o abade de Solesmes Prospero Guerenguer; ele foi restaurador da ordem beneditina na França, mas além de restaurador do monaquismo beneditino francês, deu, com seu pensamento, uma enorme contribuição para o nascituro Movimento Litúrgico europeu promovendo de forma especial à liturgia romana e o canto coral influenciando círculos intelectuais e outros a vivenciarem a possibilidade de um novo tempo para a liturgia da Igreja.

O próprio Papa Pio X também contribuiu com uma significativa parcela para o crescimento do Movimento Litúrgico com a publicação do motu próprio *Tra Le Sollecitudini* que sob alguns aspectos influenciou o pensamento de D. Lambert Beauduin sobre a participação ativa dos fiéis. D. Lambert Beauduin dele sabemos que seu pensamento é

⁴² Beneditino Belga da abadia de Mont Cesar junto a Lovaina

⁴³ Motu Proprio *Tra le sollecitudini* Papa Pio X

⁴⁴ Nascido em 1931 na cidade de Buchkirchen, norte da Áustria, estudou teologia cat. e filosofia germânica e anglicana em Linz, Viena, Graz, Innsbruck e Londres; orden. Sac., 1955; prof. Filos., doutor em teologia 1957; livre-docente da faculdade de teologia católica de Graz; tit. prof. univ. hist. ecl. na faculdade de teologia de Linz desde 1969.

⁴⁵ Do latim *ultramontanus*. O termo designa, no catolicismo, especialmente francês, os fiéis que atribuem ao papa um importante papel na direção da fé e do comportamento do homem.

expresso no Congresso Nacional das Obras Católicas ao afirmar que a liturgia não é “apenas o culto público da Igreja, mas é a verdadeira oração dos fiéis”⁴⁶. No seu ponto de vista, a liturgia havia perdido o carácter principal da ação comunitária, ou seja, perdera espaço para as devoções pessoais e interiores. É comum nesse período o fiel estar rezando o terço durante a missa ou mesmo lendo as mais belas orações do cristão e não participando efetivamente do ato litúrgico. Juntamente com L. Beauduin, outro expoente digno de ser lembrado é D. Maurice Festugière⁴⁷ que pelos anos de 1911, 1912 e 1913 publicou uma série de artigos; dentre eles um que foi publicado na *Rivue Philosophie* chamado *La Liturgie Catholique* cujo D. Beauduin classifica como “a inauguração da fase científica do Movimento Litúrgico”⁴⁸ e, nesse estudo Festugière faz duras críticas a alguns métodos de espiritualidade; de forma mais direta ao método inaciano, com isso, tanto Festugière quanto Beauduin tinham uma linha de raciocínio parecido e defendiam que a ação litúrgica era um método de espiritualidade que se contrapunha a outras escolas como, por exemplo, a inaciana, método mais comum até então.

Nesses mesmos passos outros se juntaram como nos apresenta Roberto De Mattei em seu livro *Concílio Vaticano Segundo, Uma História nunca Escrita*, mas não vamos entrar em pormenores, não é esse efetivamente o objetivo dessa pesquisa.

2.5. Motu Próprio *Tra Le Sollelicitudini*

Passemos agora a estudar, mesmo que parcialmente alguns documentos que surgem durante o desenvolvimento do Movimento Litúrgico e demonstram que também por parte do magistério da Igreja já despontava certo desejo de mudança. Retornemos aos anos do pontificado de Pio X com a publicação do primeiro documento a falar em “participação”. “A participação ativa nos sagrados mistérios e na oração pública e solene da igreja é a fonte

⁴⁶ *La vraie prière de l'Église. Résumé du rapport de dom Lambert Beauduin au Congrès de Malinés, in Questions Liturgiques et paroissiales, 40 (1959), pp 218-221. In MATTEI, Roberto De. O Concílio Vaticano II, Uma História Nunca Escrita. Trad. Maria José Figueiredo/Nuno Manoel Castello Branco Bastos. Porto, Portugal: Caminhos Romanos, 2012.*

⁴⁷ Beneditino de Maredsous. Ordenado padre em 1900 doutorou-se em teologia na Santo Anselmo em Roma.

⁴⁸ MATTEI, Roberto De. *O Concílio Vaticano II, Uma História Nunca Escrita. Trad. Maria José Figueiredo/Nuno Manoel Castello Branco Bastos. Porto, Portugal: Caminhos Romanos, 2012. Pp 47.*

primeira e indispensável de todos os fiéis”⁴⁹, palavra muito oportuna de Pio X lembrando da importância da participação dos fiéis na liturgia. No entanto, o documento não traz apenas esse aspecto de que a participação dos fiéis é importante, ele traz consigo outras nuances que é preciso lembrar, por exemplo, quanto à música litúrgica que deve ser executada apenas por homens, mantendo fora em absoluto a participação feminina a não ser como meras espectadoras, por conta de suas vozes serem “agudas de sopranos e contraltos”⁵⁰ para tanto que sejam apenas vozes masculinas a entoar os cantos sacros.

De fato analisar mais profundamente o documento de Pio X leva-nos a refletir qual participação efetivamente ele apresenta: uma inovação onde os fiéis fazem parte do ato litúrgico, ou reflete uma teologia já enfadonha da participação “interior” na liturgia? O que de fato ainda acontece é justamente defender a participação apenas como estar dentro do templo, participar apenas espiritualmente. Esse conceito ainda perdura e está presente, como veremos, na Encíclica *Mediator Dei* de Pio XII.

2.6. Encíclica *Mediator Dei* Pio XII

Esta Encíclica é a primeira dedicada exclusivamente à liturgia, e foi promulgada em novembro de 1947 por Pio XII. Essa Encíclica nasce com o objetivo de reparar alguns pensamentos acerca da liturgia, pensamentos inovadores que estavam dentro da prática litúrgica. Dentro das afirmações teológicas desse documento não podemos deixar de mencionar a teologia litúrgica apresentada por Pio XII. “culto público e integral do corpo místico de Cristo, da cabeça e dos membros, e como presença privilegiada, da mediação sacerdotal de Cristo-Cabeça”⁵¹. Não podemos deixar de destacar ainda a espiritualidade litúrgica uma dimensão interior e profunda do culto da Igreja. Essa é uma tentativa que Pio

⁴⁹ PIO X, Motu Próprio *Tra Le Sollicitudini*, disponível em:

http://www.vatican.va/holy_father/pius_x/motu_proprio/documents/hf_p-x_motu-proprio_19031122_sollicitudini_po.html

⁵⁰ Idem

⁵¹ PIO XII, Carta Encíclica *Mediator Dei* nº 17 Disponível em:

http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_20111947_mediator-dei_po.html

XII trata de resolver, apesar das questões apresentadas pelo Movimento Litúrgico e suas inovações teológicas com os defensores das práticas serem exclusivamente piedosas.

Entre as inovações que Pio XII quer dar, a principal delas é uma orientação e na realidade colocar um freio, essa é a grande questão da Participação na liturgia e o sacerdócio dos fiéis. A participação é tratada no centro do documento sobre o “Culto Eucarístico” retornando e reafirmando a participação interior; assim “se unem intimamente ao sumo sacerdote... e com ele e por ele oferecem o sacrifício, sacrificando-se com ele”⁵². Dom Clemente Isnard, OSB comenta em seu artigo *O Movimento Litúrgico no Brasil* sobre a recepção da *Mediator Dei*.

É verdade que a Encíclica, em sua prudência, continha muitas distinções. Como recebi um exemplar para meu uso pessoal, sublinhei com lápis verde tudo que era recomendação ou defesa do Movimento, e com lápis vermelho tudo que era restrição ou advertência. Verifiquei que o Papa havia dosado salmodicamente uma e outra⁵³

O Papa Pio XII soube no seu intelecto de diplomata não desagradar efetivamente a nenhum dos lados envolvidos. Pelo contrário soube conduzir para não gerar no seio da Igreja um conflito de forças onde de um lado estavam os que levantavam a bandeira da reforma e de outro os que queriam manter as coisas como estavam. A Encíclica em si não fomenta uma reforma como também não silencia, em todo caso regulamenta. Ao tratar, por exemplo, da participação na celebração argumenta que os fiéis devem participar na imitação dos sentimentos de Cristo, ou seja, a participação é colocada num plano psicológico, e nem se dá ao menos o trabalho de questionar sobre a participação externa. Na realidade a Encíclica insiste na teologia da participação interna de modo que os fiéis “unem os seus votos de louvor, de impetração, de expiação e de ação de graças à intenção do sacerdote”⁵⁴. O documento diz notadamente que a participação apenas se refere ao culto litúrgico, mas não é “de modo algum requerido que o povo ratifique o que faz o ministro sagrado”⁵⁵. Se

⁵² Ibidem nºs 76 e 77

⁵³ ISNARD, D. Clemente OSB. *O Movimento Litúrgico no Brasil*. In BOTTE. D. Bernard, OSB. *O Movimento Litúrgico Testemunho e Recordações*. São Paulo, Paulinas, 1978.

⁵⁴ PIO XII, Carta Encíclica *Mediator Dei* nº 17 Disponível em:
http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_20111947_mediator-dei_po.html

⁵⁵ Ibidem.

efetivamente os fiéis não são sujeitos na liturgia não é fácil falar em participação daí ser restrita ao plano interior. Essa visão hierárquica diminui bastante o que ele mesmo (Pio XII) tinha dito no número 17 citado acima. No plano prático, ao que parece, os que não são ministros ordenados não tem importância tendo em vista que a participação do povo “ de forma nenhuma é necessária para dar à missa o seu carácter público e comunitário”⁵⁶. No entanto não será esse pensamento a perpassar pela constituição sobre a liturgia aprovada no Sagrado Concílio. Contudo estudaremos esse tema com mais profundidade no próximo capítulo desta pesquisa.

2.7. Movimento Litúrgico no Brasil e seus Expoentes.

O Movimento Litúrgico também teve seus ecos no Brasil, obviamente não talvez com o mesmo impacto como a influência exercida na Europa, mas tivemos aqui grandes pensadores da liturgia e grandes homens a frente da luta por uma “participação” mais ativa por parte o povo no culto católico.

O Movimento Litúrgico nasce no Brasil por volta do ano de 1933, na Europa já vinha se desenrolando há mais de 20 anos, contudo no Brasil ele chega com força no pensamento do Beneditino D Martinho Michler, OSB⁵⁷. Dom Martinho trás consigo na bagagem toda a experiência adquirida com Romano Guardini, outro titam no Movimento Litúrgico europeu, essa experiência de se viver a teologia litúrgica ao invés do rubricismo sem vida é abundantemente aplicada nas suas aulas no Instituto Católico de Estudos Superiores do Rio de Janeiro, fundado em um casarão da Praça XV no Rio de Janeiro com apoio do grande pensador Católico Alceu de Amoroso Lima. Nesse instituto foram iniciados os primeiros trabalhos do que viria a ser o Movimento Litúrgico no Brasil, e, de lá irradiando para o resto do Brasil.

Desde suas primeiras aulas na Praça XV, foi uma revelação. Tudo o que ele dizia era rigorosamente católico. Sua pregação era exatamente no sentido de um perfeito *sentire um Ecclesia*. Mas sua palavra abria novos caminhos. Seus esquemas coloridos no quadro negro nos arrancavam de um intelectualismo exagerado para no lançar no caminho da vida cristã, realmente vivida como Corpo Místico, pela

⁵⁶ Ibidem nº 87

⁵⁷ Dom Martinho Michler (1901-1969), foi beneditino em Neusheim, Maria Laach e Santo Anselmo em Roma, recebendo a influência, além de Romano Guardini, de D. Beauduin e de Odo Casel.

oração, pela inteligência e pela ação. Foi uma aurora para muitos. Foi grande luz para todos⁵⁸.

Efetivamente, quem organiza o primeiro curso de liturgia no Brasil é Dom Martinho e desse curso, dessa haste, brotam grandes personalidades que muito contribuíram para o desenvolvimento e divulgação do Movimento Litúrgico no Brasil. Dom Clemente Isnard, OSB, por exemplo, estava nesse grupo dos alunos de Dom Martinho, ele mesmo nos recorda no seu Artigo *Reminiscências Para a História do Movimento Litúrgico no Brasil* publicado como apêndice na edição brasileira do livro de Dom Botte *O Movimento Litúrgico, Testemunho e Recordações*. “Em vez de se afundar nas rúbricas e nas cerimônias, Dom Martinho nos deu um curso de teologia da liturgia, revelando, pela primeira vez, em um auditório brasileiro, as elaborações da Escola de Liturgia de Maria Laach e do Movimento Litúrgico belga”⁵⁹. O Próprio Clemente tornar-se-ia um pensador da teologia litúrgica e estaria presente no Concílio quando da aprovação do Constituição sobre a renovação da liturgia.

Outras atividades foram desenvolvidas por Dom Martinho, dentre as que mais merecem destaque está o retiro com um grupo de jovens realizado em uma fazenda no interior do Rio de Janeiro; foi nesse retiro que pela primeira vez no Brasil foi realizada a Missa dialogada fora do ambiente monástico, fora do mosteiro, assim nos recorda Dom Clemente.

Na sala principal ele preparou um altar para a celebração da missa. Mas, para grande surpresa nossa, em vez de encostar a mesa na parede, ele a colocou no centro da sala e dispôs um semicírculo de cadeiras, dizendo que ia celebrar de frente para nós. Foi a primeira missa celebrada de frente para o povo no Brasil... e não parou por ai a missa foi dialogada. Em latim, sem duvida⁶⁰.

Estava inaugurada uma nova fase na história litúrgica no Brasil provavelmente os participantes desse evento não tinham a ideia da proporção que esse ato tomaria para a vida da Igreja do Brasil, mas também do mundo.

⁵⁸ Assim descreve Alceu de Amoroso Lima sua experiência com Dom Martinho Michler, OSB In: SILVA. José Arioaldo da. *O Movimento Litúrgico no Brasil – Estudo Histórico*. Petrópolis, Vozes, 1983. In: BORGES. Laudimiro de Jesus. *A participação da Juventude no Movimento Litúrgico no Brasil*. Revista de Litúrgia Nº 226 julho/Agosto 2011 disponível em: http://www.revistadeliturgia.com.br/imagens/a_participacao_da_juventude.pdf

⁵⁹ ISNARD, D. Clemente OSB. *O Movimento Litúrgico no Brasil*. In BOTTE. D. Bernard, OSB. *O Movimento Litúrgico Testemunho e Recordações*. São Paulo, Paulinas, 1978.

⁶⁰ Idem

O Movimento Litúrgico não ficou apenas restrito a cidade do Rio de Janeiro, não demorou muito até que atingisse outras localidades como o Mosteiro de São Bento de São Paulo aqui o grande pensador do Movimento Litúrgico foi Dom Policarpo Amistalden, OSB com a publicação dos folhetos litúrgicos, uma tradução da missa e assim dando possibilidade de uma pequena participação dos fiéis, pelo menos entendiam o que era dito pelo celebrante. Em outras localidades do Brasil, Dom Martinho espalhou seu pensamento sobre a renovação litúrgica em Belo Horizonte e também nas cidades do interior de Minas Gerais promovendo encontros e semanas de vida cristã junto à juventude católica.

Todas essas iniciativas além do Movimento Bíblico e da chamada *Novelle Theologie*, fomentaram e serviram de instrumento para a tão exigida e urgente renovação da liturgia católica e esses ecos não deixaram de ressoar também dentro dos corredores do Vaticano.

2.8. À caminho do Concílio, de Pio XII a João XXIII.

Não obstante de adentrarmos efetivamente no período conciliar é preciso retomar alguns fatos históricos que antecederam imediatamente a convocação do concílio. Em outubro de 1958 morria o Pio XII, o qual governou a Igreja por dezenove anos. Homem de inigualável habilidade política nuncio por vários anos na Alemanha e depois secretário de Estado de Pio XI. Grande conhecedor da Cúria Romana. Eleito para Cadeira de Pedro em dois de março de 1939 às portas da Segunda Guerra. Injustamente condenado por seu silêncio ante às atrocidades cometidas durante a guerra. Não deixou de fazer sua voz ecoar em apelos constantes a paz “nada se perde com a paz, tudo pode se perder com a guerra”⁶¹. Efetivamente Pio XII não esteve apenas como expectador das atrocidades cometidas durante os duros anos da guerra, soube conduzir a Igreja firmemente e dentro daquilo que está a altura de um Papa contribuiu para amenizar o sofrimento de tantos quantos lhe foi possível.

No Vaticano organizou-se uma secretaria para informações sobre prisioneiros de guerra e pessoas perdidas, orientando os familiares. Filas de caminhões papais traziam mantimentos do centro e do norte da Itália para Roma, que vivia uma grande

⁶¹ PIO XII mensagem radiofônica em 24 de agosto de 1939 véspera da segunda guerra mundial in: ZINHOBLE, Rudolf. *O Pontificado de Pio XII*, in LENZENWEGER, Josef; STOCKMEIER, Peter; BAUER, Johannes B./ AMOM, Karl/ ZINHOBLE, Rudolf. *História da Igreja Católica*. Trad. Fredericus Stein. São Paulo, Loyola, 2006.

penúria. Para muitas pessoas de e das mais diversas raças e religiões o Vaticano foi um azilo de Salvaçã⁶².

Pensarmos o pontificado de Pio XII é levarmos em conta todo o seu contexto. Temos de um lado um homem austero que herda de seu antecessor uma Igreja centralizadora e antimoderna, possivelmente o último dos pontífices nesta linha, e por outro temos um homem que começa a dar passos em direção à uma abertura concreta “Pio XII via de forma positiva as reformas, mas sua atitude tendia para uma prudência exagerada”⁶³.

Com sua morte em Castelgandolfo a nove de Outubro de 1958. Aberto o conclave a vinte e quatro de outubro de 1958 chega a Catedral de Pedro o Cardeal Angelo Giuseppe Roncalli aos setenta e sete anos de idade. Sabidamente eleito com o objetivo de ser apenas um Papa de transição até que alguém à altura de Pio XII surgisse para subir ao sόlio pontifício.

O conclave que o elegeu contava com uma maioria de cardeais italianos, dezoito no total, e aparentemente duas alas bastante evidentes: uma progressista atenta a possíveis mudanças e por outro lado os que seguiam a linha até então vigente de um “Piísmo” sem Pio, trata-se da tal prudência de Pio XII e uma minoria que não se ligava a uma ou outra como o próprio Roncalli “não estava ligado, nem ao grupo progressista de Montini, nem ao grupo conservador da Cúria: era de idade avançada, e podia garantir um pontificado de transição”⁶⁴. Até que alguém pudesse ocupar o cargo com maior força política e possivelmente mais jovem que Rocalli.

Contudo, contrariando o que se pensava, desde o início de seu pontificado, João XXIII já começou a surpreender pelo seu *modus operanti* de governar. Logo no primeiro consitório convocado por ele eleva a dignidade cardinalicia Monsenhor Montini do grupo progressista.

⁶² Idem.

⁶³ SOUZA, Ney de; GONÇALVES, Paulo Sergio Lopes. Catolicismo e Sociedade Contemporânea; Do Concílio Vaticano I ao contexto histórico do Concílio Vaticano II. São Paulo, Paulus, 2013

⁶⁴ Cf. Poswick, *Journal*, p. 162. Cf de maneira mais geral, A, MELLONI, *Governi e Diplomazie davanti all’annuncio del Vaticano II*, in MATTHIJS LAMBERIGTS-CLAUDE SOETENS (org), *À la veille du Concile Vatican II. Vota et réactions em Europe et dans la catholicisme oriental*, Bibliothek van de Faculteit der Godgeleerdheid, Lovaina, 1992, pp. 214-257. In MATTEI, Roberto De. *O Concílio Vaticano II, Uma História Nunca Escrita*. Trad. Maria José Figueiredo/Nuno Manoel Castello Branco Bastos. Porto, Portugal: Caminhos Romanos, 2012. p. 95

A figura de Angelo Roncalli continua a ser ainda hoje, sob determinados aspectos, um mistério. Não se podia atribuir ao patriarca de Veneza que agora ascendia ao trono pontifício uma visão “progressista” nem uma visão “conservadora”, como aqueles que se deleneavam com clareza no limiar dos anos 60. Com efeito, sua estrutura mental e a sua sensibilidade religiosa faziam dele um conservador; mas sua “humanidade” empurrava-o para gestos de ruptura com a tradição e para “novidades” de ordem pastoral⁶⁵.

De forma geral, o mundo estava bastante entusiasmado com o novo papa, que diferente dos anteriores não estava preso aos muros do Vaticano era um homem com um estilo mais humano e menos “papal”. Em muito ele divergia dos que o antecederam pela simplicidade e pela forma de conduzir a Igreja. Para João XXIII, a ideia de que os bispos eram seus executores não estava mais tão presente nas atitudes e falas do papa, mas ele os tratava muito mais como seus colaboradores do que executores.

Além de convocar o grande evento do século XX, João XXIII escreveu oito encíclicas das quais a mais famosa e uma das mais importantes são *Mater et Magistra* publicada em Maio de 1961 e a *Pacem in Terris*, publicada em Abril de 1963, oito semanas antes de sua morte. Com a *Mater Et Magistra* retoma a tradição das grandes encíclicas sociais papais, a exemplo da *Rerum Novarum* de Leão XIII e *Quadragesimo Anno* de Pio XI. Levando adiante sua doutrina social. A *Pacem in Terris* tratando sobre a paz não foi dirigida a Igreja somente, mas à todos os homens de boa vontade; ele mesmo a colocou como segunda coluna de seu pontificado.

João XXIII também deixou sua contribuição para o ecumenismo que ganhava força. “Abandonou a tese, sempre defendida até então, de que a unidade da Igreja somente podia ser efetuada por uma volta dos cristãos não católicos, para a Igreja Católica”⁶⁶. Temos muitos atributos para João XXIII, atributos progressistas, mas por outro lado temos exemplos ainda muito claros de que não é simples afirmar que ele era ou não partidário de progressistas ou não progressistas. Mesmo com todas essas iniciativas importantes pinceladas, podemos dizer o que viria a ser o Concílio: Ele escreveu um Motu Próprio chamado *Veterum Sapientia*

⁶⁵ MATTEI, Roberto De. *O Concílio Vaticano II, Uma História Nunca Escrita*. Trad. Maria José Figueiredo/Nuno Manoel Castello Branco Bastos. Porto, Portugal: Caminhos Romanos, 2012. pp. 100/101.

⁶⁶ ZINHOBLER, Rudolf. *Os Papas do Concílio João XXIII e Paulo VI*, in LENZENWEGER, Josef; STOCKMEIER, Peter; BAUER, Johannes B./ AMOM, Karl/ ZINHOBLER, Rudolf. *História da Igreja Católica*. Trad. Fredericus Stein. São Paulo, Loyola, 2006.

declarando que a língua latina deveria continuar como língua litúrgica e teológica, ou seja, língua obrigatória para os cursos de teologia. Ele também emitiu pareceres sobre os escritos de Teilhard de Chardin e afastou dois professores jesuítas das funções. Mesmo assim sua fama de que era um “papa progressista” permaneceu.

No entanto, é com João XXIII que chegamos ao Concílio Vaticano II e é esse tema que vamos tratar a partir de agora no terceiro capítulo dessa pesquisa, trazendo a tona seu contexto histórico em continuidade com o que já foi tratado aqui nesse capítulo bem como no anterior. A promulgação da *Sacrosanctum Concilium* não foi apenas um evento isolado é resultado de todo um contexto histórico social e de uma urgência de mudança. João XXIII efetivamente estava atento e esses sinais dos tempos. Infelizmente apenas cinco anos após chegar ao trono pontifício em 1963 morre João XXIII numa segunda- feira de Pentecostes, após ter aberto e presidido a Primeira Sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II. A partir de agora falaremos e abordaremos o contexto referente ao que será tratado na segunda sessão do referido Concílio. Trataremos do desenrolar do Movimento Litúrgico e como retorna gradativamente a participação do povo na liturgia, bem como seus aspectos mais importantes e inovadores.

Capítulo III *Sacrosanctun Concilium* e o Retorno da Participação na Liturgia

Nesse último capítulo navegaremos pelo primeiro documento aprovado pelo Concílio, o documento sobre a liturgia, contudo, antes de mergulharmos no documento propriamente dito, faremos um breve histórico do contexto no qual o documento foi aprovado. Não queremos aqui fazer uma recorrência dos capítulos anteriores dessa pesquisa, mas uma contextualização do concílio e da sessão na qual aconteceu a aprovação do documento.

3.1. História da *Sacrosanctun Concilium*

A urgência de um concílio já era tema discutido nos bastidores da Igreja a necessidade de uma atualização que o mundo impunha era sentida já antes do anúncio feito por João XIII na festa da conversão de São Paulo de 1959. Muito embora tenha causado um grande espanto a imensa maioria dos católicos aprovou a iniciativa de se convocar um concílio ecumênico para toda a Igreja. Dentre os muitos objetivos que João XXIII colocou, a resposta aos desafios do novo milênio e dos tempos modernos parece ser seu grande empenhamento. Na encíclica *Ad Petri Cathedram* de junho de 1959, exorta aos pastores que estarão reunidos a fim de “tratarem dos graves problemas da religião... e da disciplina eclesiástica de se adaptar melhor às necessidades dos novos tempos”⁶⁷ e também como principal intento “apresentar ao Mundo a Igreja de Deus em seu perene vigor de vida e de verdade e com sua legislação adaptada às circunstâncias presentes”⁶⁸.

Para as discussões e os esquemas que deveriam chegar até o concílio, foram nomeadas comissões preparatórias a partir de 1960. Para a comissão litúrgica foi nomeado secretário o Padre Annibale Bugnini, mais tarde nomeado bispo e núncio no Oriente Médio. Essa comissão trabalhou num ritmo muito eficiente, e, dentro dela foram criadas outras subcomissões, cada uma responsável por um tema que estaria presente no esquema geral

⁶⁷ KLOPENBURG, Boaventura. (org) Concílio Vaticano II; Documentário Pre-Conciliar. Petrópolis, Vozes, 1964 p 16

⁶⁸ Idem

apresentado ao concílio. Bernard Botte era membro de três subcomissões: a do vernáculo, a da concelebração e a do ensino.

O problema da lingua litúrgica se apresentava com uma agudez cada vez maior e suscitara calorosas controvérsias. É que bem verdade que a disciplina se tornara menos enérgica. Roma tinha autorizado a redação de rituais bilingues e de lecionários em vernáculo. Isso, porém, era feito sob forma de indulto concedido às Igrejas Locais, como derrogações a uma lei geral sempre vigente: a lingua litúrgica romana é o latim. Muitos, no entanto, consideravam estas concessões insuficientes e desejavam, por questões pastorais, a extensão do vernáculo⁶⁹.

Juntamente com essas subcomissões, é importante que recordemos a criação de uma subcomissão responsável diretamente sobre o tema da participação dos fiéis. O resultado dos trabalhos das subcomissões foi apresentado em outubro de 1962 no concílio e debatido na terceira à décima oitava congregação geral, corrigido pela comissão litúrgica conciliar e votada no final do segundo período.

3.2. *Sacrosanctum Concilium*: Algumas Diretrizes Gerais

Sobre esse primeiro documento pesava a responsabilidade de dar o tom do concílio, qual rumo o mesmo deveria tomar a partir do que fosse aprovado primeiro. Não obstante disso ainda deveria responder efetivamente ao que se esperava sobre a liturgia católica sem a visão eclesiológica que nasceria com a *Lumen Gentium*. A eclesiologia oculta na SC vislumbra uma realidade profunda que sustenta a Igreja. A eclesiologia da SC é do “Povo De Deus. A Liturgia é ação do povo santo, unido e ordenado”⁷⁰. Para tanto não é possível olharmos para a “participação” na SC sem percebermos todos os aspectos presentes na constituição observemos resumidamente alguns pontos chaves da constituição:

- a) **Eclesiologia e Liturgia:** tendo em vista que a ação litúrgica da Igreja é “cume e fonte da ação da Igreja” (SC 10). Isso acontece por que precisamente em virtude da perspectiva sacramental da Igreja redescoberta a partir de uma consideração que ultrapassa o aspecto puramente jurídico; perspectiva que uma compreensão da igreja tanto ajudou a reencontrar.

⁶⁹ BOTTE. D. Bernard, OSB. *O Movimento Litúrgico Testemunho e Recordações*. São Paulo, Paulinas, 1978. P 147

⁷⁰ BECKHÄUSER, Alberto. *Sacrosanctum Concilium* Texto e Comentário. São Paulo, Paulinas 2012. P.49

- b) Liturgia como Momento Histórico Salvífico:** partindo do contexto histórico da salvação, a liturgia acaba por tornar-se a ação salvífica de Cristo na Igreja. A liturgia pode ser também considerada um evento da salvação, justamente porque temos continuado o anúncio que no tempo antigo nos foi prometido a realidade de Cristo. Na liturgia, no ato litúrgico, temos o “momento-síntese” da história da salvação, porque efetivamente reúne o anúncio e o evento.
- c) Evidência do Mistério Pascal.** “A Páscoa de Cristo, isto é, a realidade da redenção operada por Cristo, é colocada no centro da liturgia. O momento ritual, litúrgico, se situa no nível de realidade que é próprio do momento histórico da Páscoa de Cristo” ⁷¹. Com o olhar nessas premissas teológicas é que devemos atentar a definição litúrgica que estará presente na SC a fim de que seja possível entendermos o que o vocábulo “participar” quer dizer nessa mesma liturgia. A constituição não deu uma definição direta do documento, mas o descreveu ricamente em diversas partes, destacaremos o nº 7, pois nele a liturgia está melhor descrita.

3.2.1. Uma Definição de Liturgia a Partir do Nº 7 da *Sacrosanctum Concilium*.

“Para realizar tão grande obra, Cristo está sempre presente em sua Igreja, e especialmente nas ações litúrgicas” (SC 7). A liturgia é a ação de Cristo presente. Na liturgia acontece a ação de Cristo no qual Ele se associa à Igreja para a santificação dos homens e o culto a Deus.

No número sete da SC devemos deter nossa atenção sob alguns aspectos importantes. Nesse ponto são apresentados de forma sistemática os sinais concretos da presença de Cristo na ação litúrgica. O número sete apresenta cinco tipos de “presença” real do Cristo na ação litúrgica: na pessoa do ministro; no sacrifício da missa; está presente pelas espécies eucarísticas; está presente nos sacramentos e especialmente presente pela Palavra de Deus. Efetivamente, o que nos propomos a pensar como definição de liturgia, o número sete não apresenta uma de fato, contudo apresenta muito mais uma descrição do que uma definição no entendimento do que seria uma “definição”.

⁷¹ MANSILI. Salvatore, A teologia da Liturgia do Vaticano II, In B NEUNHEUSER, (org) A liturgia, Momento Histórico da Salvação, 2ª ed. São Paulo, Paulinas, 1986. p 120

No último parágrafo temos elementos, podemos dizer, que constituem a ação litúrgica. “Por isso, toda celebração litúrgica... é ação sagrada por excelência, cuja eficácia nenhuma outra ação da Igreja se iguala.” (SC 7).

Além dessas afirmações temos outros aspectos muito importantes presentes dentro da constituição;

Pela Liturgia “se atua a obra da nossa redenção” é ainda a liturgia a concretização da vida cristã (SC 2) É a antecipação e a prefiguração das celestes celebrações (SC 8). A liturgia é ação da Igreja (SC 9). A liturgia não é toda a ação da Igreja, mas é o cume para o qual tende a sua ação (SC 10). A liturgia é a ação da Igreja, em tal sentido, que todos os seus membros dela participem ativamente (SC 21). As ações litúrgicas não são ações privadas, mas celebrações da Igreja, que é o sacramento a unidade, isto é, o povo santo, unido e ordenado sob a direção dos bispos (SC 26). É a voz da Igreja, trata-se do ofício divino, ou de todo o corpo místico que louva a Deus publicamente (SC 99). Sob essa luz, sob esses aspectos, entenderemos mais claramente por que a participação aparece tão insistentemente ao longo do documento evidentemente na centralidade da liturgia na vida da Igreja.

3.3. A Participação como Fio Condutor da *Sacrosanctum Concilium*

Nas comissões preparatórias dos esquemas a serem apresentados aos padres conciliares criou-se também uma subcomissão que preparou um texto especificamente sobre a “participação dos fiéis”. No entanto não é um capítulo a parte do documento que trata ou define a participação, mas está presente em todo o documento. Se fosse uma música, a participação seria como o refrão retomado a cada momento entre os tantos outros abordados dentro da constituição conciliar. A constituição não pensa a participação como uma assistência ao ato litúrgico, ou especificamente à missa, mas em uma participação ativa ainda completando com os termos “plenos e conscientes”. Penso ser importante citarmos aqui os dois textos mais significativos sobre a participação na constituição;

É desejo ardente da mãe Igreja que todos os fiéis cheguem àquela plena, consciente e ativa participação dos fiéis na celebração litúrgica que a própria natureza da liturgia exige e à qual o povo cristão “raça escolhida, sacerdócio real, nação santa, povo adquirido” (1 Pd 2,9; cf 2, 4-5), tem direito e obrigação, por força do Batismo. (SC 14)

Esse número soa como um prelúdio dos números subsequentes que vão tratar de uma formação, que deve ser promovida, litúrgica e ativa sobre a participação dos fiéis.

O segundo ponto chave do texto fala das disposições pessoais para que se obtenha essa “participação” concluindo “Por isso, é dever dos sagrados pastores vigiar para que, na ação litúrgica, não só se observem as leis para a válida e lícita celebração, mas que os fiéis participem dela consciente, ativa e frutuosa” (SC 11). Quando vemos na constituição os termos “plena e consciente” aplicados à participação ativa surgem sempre como o ideal do ministério pastoral a ser buscado. A constituição não dá uma definição formal sobre a participação ativa, mas a descreve sempre a contrapondo a uma mera “assistência” (SC 48).

Ao falarmos da participação ativa, não tratamos apenas de uma presença física, e não tratamos também de apenas uma oração devotadamente realizada, mas é importante que fique claro a harmonia do espírito com a voz (SC 11) e que “a participação ativa dos fiéis tanto interna como externa” (SC 19) alie-se uma com a outra. E que ainda “se incentivem as ações, gestos, e porte do corpo” (SC 30). Percebamos também o equilíbrio entre a participação externa e interna. A SC não dá prioridade a uma ou outra, como Pio XII o fez na Encíclica *Mediator Dei*, simplesmente pelo fato de que um depende intrinsecamente uma da outra, que se efetivamente elas se completam. A liturgia é uma ação da qual tem direito a participar todos que integram o povo de Deus.

A verdadeira participação ativa, plena e consciente só se verifica no caso de uma perfeita sintonia com do corpo e da alma, de todas as faculdades espirituais e corporais, à ação sacra que não é celebrada apenas entre o ministro e Deus, mas engaja vitalmente toda a assembleia litúrgica. Somente essa participação plena e consciente satisfaz em cheio à natureza da liturgia e ao carácter somático-espiritual do homem.⁷²

3.3.1. Sacerdócio Comum dos Fiéis Como Fundamento da Participação

A SC fundamenta a participação como um carácter sacerdotal de todo o povo de Deus. Este foi um ponto nevrálgico nas discussões litúrgicas, desde quando o Movimento Litúrgico começou a esboçar essa ideia. A SC vai procurar com muito afincado dar uma definição mais

⁷² BARAÚNA, Guilherme. A Participação Ativa, Principio Inspirador e Diretivo da Constituição Litúrgica. In BARAÚNA, G. (org). A Sagrada Liturgia Renovada pelo Concílio. Petropolis, Vozes 1964. p 286

acertiva, quase dogmática sobre o sacerdócio dos fiéis fazendo dele um conceito fundamental para a participação dos fiéis na ação litúrgica da Igreja. Contudo na constituição aparece apenas uma única vez a referência concreta do sacerdócio dos fiéis; mesmo assim não deixa dúvidas quando ao seu valor no documento. Vale aqui transcrever o texto da constituição afim de melhor ilustrar o que se faz aqui conhecer.

É desejo da mãe Igreja que todos os fiéis cheguem àquela plena, consciênte e ativa participação na celebração litúrgica que a própria natureza da liturgia exige e a qual o povo cristão “raça escolhida, sacerdocio real, nação santa, povo adquirido (1 Pd 2,9; cf 2,4-5) tem direito e obrigação, por força do Batismo”. (SC 14).

Tendo como fundamento o sacerdócio sacramental-litúrgico recebido pelos fiéis no batismo é que a Igreja deseja por parte deles a participação plena e consciênte “Trata-se, portanto do sacerdocio dos fiéis enquanto fundamento no caráter do batismo, que lhe confere esta característica cultural-litúrgica”⁷³. É esta dignidade que vai acompanhar o fiel por toda a vida.

3.4. Eucaristia a Plenitude da Participação

Quando tratamos da história da participação litúrgica tratamos quase que exclusivamente da Eucaristia. Trabalhamos assim para nos limitar a uma temática apenas, mas também porque a eucaristia é a centralidade da participação na liturgia cristã. Falar da história da liturgia é falar da história da participação na liturgia cristã. Quando a eucaristia perde seu valor e sua importância na vida do fiel e deixa de ser compreendida na sua majestade ou ainda vivida na sua forma mais próxima àquela que o Senhor instituiu, também a participação tende a se dissipar sob outras formas, longe da liturgia. Para tanto, é preciso que constantemente a comunidade cristã retorne a suas origens e aprender com os operários da primeira hora a forma como o Senhor quis e desejou que “vivêssemos a Eucaristia” ou como os primeiros, que estavam mais próximos dos fatos originais, a viver e compreender. A eucaristia é alimento para o corpo. A comunhão nos sacrifícios antigos se dava pela participação no corpo e no sangue da vítima. A salvação no Novo Testamento não se dirige apenas a alma, mas ao Homem, isso significa que é ao todo. Corpo, alma e espírito!

⁷³ ENGLER, João de Castro. O Sacerdócio dos Batizados e sua Atualização na sagrada Liturgia. In BARAÚNA. G. A Sagrada Litúrgia Renovada Pelo Concílio, p 168.

A eucaristia é a participação no corpo de Cristo no qual todos são um só. A presença do Senhor na eucaristia é um mistério que todos somos capazes de participar, compreender, pela fé. A eucaristia coloca o fiel cristão na dimensão do presente escatológico, aquele presente que é um memorial do passado e uma esperança do futuro porque na eucaristia o cristão está em contato com o corpo do Senhor, doado na cruz e do corpo glorificado que foi ressuscitado.

3.5. No contexto da América Latina.

A constituição destaca que deve ser levada em conta a cultura de cada local na realidade, guardadas as devidas proporções, a liturgia deve ser “flexível e inculturável”⁷⁴. E em se tratando de América Latina essas duas expressões foram facilmente assimiladas. Tomemos como exemplo a arquidiocese de São Paulo, Dom Agnelo Rossi em Janeiro de 1965 publica uma carta pastoral na qual dá as diretrizes para a reforma proposta pelo Concílio. Na carta, Dom Agnelo exorta que sejam estudados com afinco cada um dos decretos e constituições conciliares em especial a SC.

Nosso desejo é que o povo fiel seja iniciado convenientemente na participação litúrgica, compreendendo que o grau dessa participação possa ser maior ou menor conforme a situação das várias paróquias. Mas é necessário que todas se empenhem seriamente na renovação litúrgica⁷⁵

A grande motivação proposta pela constituição, ou seja, a participação plena e consciente vai tornando-se evidente à medida que o que a constituição propõe vai sendo assimilada pelo clero, pelo povo e em consonância com as conferências episcopais.

O fato é que na América Latina o concílio tomou um grande folego com as memoráveis conferências que trouxeram a aplicação do concílio para os moldes do continente. As conferências marcam uma caminhada com trigo e joio: Medellín (libertação), Puebla (comunhão e participação), Santo Domingo (inculturação) e Aparecida (missão) de fato todas trazem em sí uma marca indelével de como é a igreja do continente e sobre a

⁷⁴ COSTA. Valeriano dos Santos. A Reforma Litúrgica, *Sacrosanctum Concilium I*, in ALMEIDA. João Carlos; MANZINI. Rosana; MACANEIRO. Marcial (orgs). As Janelas do Vaticano II A Igreja em Diálogo com o Mundo. Aparecida. Editora Santuário, 2013.

⁷⁵ ROSSI, Dom Agnelo. Carta Pastoral Janeiro de 1965, À execução da Reforma Litúrgica. Disponível em Acervo da Biblioteca da Congregação do Santíssimo Redentor sob o Acentamento 262.852 (81) R741e 1965.

verdadeira participação do fiel. Não obstante da participação litúrgica trata-se de uma participação efetiva, ativa, plena e consciente na vida eclesial, social e política deste continente marcado pela fé cristã profética.

Considerações Finais.

Pensar a liturgia no tempo em que vivemos e não pensar a ideia de participação ativa por parte dos fiéis é quase uma heresia, como vimos não foi sempre assim, o processo de retorno foi consideravelmente doloroso e ao mesmo tempo frutuoso. Contudo ainda existe um caminho bastante árduo a ser seguido; muitos passos devem ser dados com verdadeira segurança quanto ao desenvolvimento de uma teologia muito mais participativa que repetitiva de fórmulas. Algumas perguntas podem surgir a partir dessa pesquisa que seguramente demandam de uma reflexão mais aprofundada. No entanto uma deve ainda ser refletida antes de encerrarmos o assunto. A Participação é de fato ativa, ou ainda se mantém a ideia fundamentada em Trento? Não obstante de dar uma resposta concreta observemos nossas comunidades de hoje. Nossos atos litúrgicos ainda não são compreendidos da forma como foram pensados. Mentes científicas pensam ritos simples e de fato não apresentam a possibilidade de o fiel exercitar uma aproximação com o Divino. Participar da liturgia transformou-se, como lembrado antes, num mero repetir de fórmulas, mesmo que o que se celebra seja imutável o Mistério Pascal de Cristo. Ainda nos faltam passos concretos passos mais ousados em direção a uma efetiva e consciente participação não apenas nos ritos litúrgicos, mas em toda a dimensão missionária, eclesial e política da igreja.

Referências

- ALMEIDA. João Carlos; MANZINI. Rosana; MACANEIRO. Marcial (orgs). *As Janelas do Vaticano II A Igreja em Diálogo com o Mundo*. Aparecida. Editora Santuário, 2013.
- BARAÚNA, G. (org). *A Sagrada Liturgia Renovada pelo Concílio*. Petropolis, Vozes 1964
- BECKHÄUSER, Alberto. *Sacrosanctum Concilium* Texto e Comentário. São Paulo, Paulinas 2012.
- BÍBLIA DE JERUSALEM. 9. Ed. São Paulo, Paulinas, 1985
- BOROBIO. Dionisio (org) *A Celebração na Igreja; Liturgia e Sacramentalogia Fundamental*. São Paulo, Loyola, 1990 p.42
- COMPENDIO DOS SIMBOLOS DEFINIÇÕES E DECLARAÇÕES DE FÉ O MORAL
DENZINGUER-HÜNERMANN
- DANIÉLOU, Jean & MARROU, Henri. *Nova História da Igreja; dos primórdios a São Gregório Magno*. Vozes, Petrópolis, 1966.
- DUFOUR, Xavier Léon. *O Partir do Pão Eucarístico Segundo o Novo Testamento*. São Paulo, Loyola, 1984
- In BOTTE. D. Bernard, OSB. *O Movimento Litúrgico Testemunho e Recordações*. São Paulo, Paulinas, 1978.
- INÁCIO DE ANTIOQUIA, in *Padres Apostólicos*, Trad. Ivo Stroniolo, Euclides M. Balancin. São Paulo, Paulus, 1995.
- JUSTINO DE ROMA, I e II Apologias, e Diálogo com Trifão. São Paulo, Paulus, 1995.
- KLOPENBURG, Boaventura. (org) *Concílio Vaticano II; Documentário Pre-Conciliar*. Petrópolis, Vozes, 1964

LENZENWEGER, Josef; STOCKMEIER, Peter; BAUER, Johannes B./ AMOM, Karl/ ZINHOBLER, Rudolf. *História da Igreja Católica*. Trad. Fredericus Stein. São Paulo, Loyola, 2006.

MATTEI, Roberto De. *O Concílio Vaticano II, Uma História Nunca Escrita*. Trad. Maria José Figueiredo/Nuno Manoel Castello Branco Bastos. Porto, Portugal: Caminhos Romanos, 2012.

NEUNHERSER, B. (org), *A Liturgia, Momento Histórico da Salvação*. 2 Ed. São Paulo, Paulinas, 1986; (Col. Anámnese I).

PAPA PIO X. Motu Proprio *Tra le sollicitudini*

PIO XII, Carta Encíclica *Mediator Dei*

ROGIER, L. (org) *A Nova História da Igreja; Reforma e contra Reforma*, Petrópolis, Vozes, 1971.

ROSSI, Dom Agnelo. Carta Pastoral Janeiro de 1965, À execução da Reforma Litúrgica. Disponível em Acervo da Biblioteca da Congregação do Santíssimo Redentor sob o Acentamento 262.852 (81) R741e 1965

SARTORE e A M TRIACCA (org). *Dicionário de Liturgia*. São Paulo, Paulinas. 1992.

SILVA, José Arioaldo da. *O Movimento Litúrgico no Brasil – Estudo Histórico*. Petrópolis, Vozes, 1983. In: BORGES, Laudimiro de Jesus. *A participação da Juventude no Movimento Litúrgico no Brasil*. Revista de Liturgia Nº 226 julho/Agosto 2011

SOUZA, Ney de; GONÇALVES, Paulo Sergio Lopes. *Catolicismo e Sociedade Contemporânea; Do Concílio Vaticano I ao contexto histórico do Concílio Vaticano II*. São Paulo, Paulus, 2013

SOUZA, Ney. *Cristianismo A vida dos Primeiros Cristãos*. São Paulo, Palavra e Prece. 2010